

Cartilha da Pré-contratação de Empreendimentos Habitacionais

MCMV Rural e FDS para as Entidades Organizadoras



● O que é a cartilha?

Esta cartilha foi criada para auxiliar você, Entidade Organizadora (EO), no encaminhamento à CAIXA dos documentos necessários para contratação das propostas de empreendimentos habitacionais selecionadas pelo Ministério das Cidades (MCID).

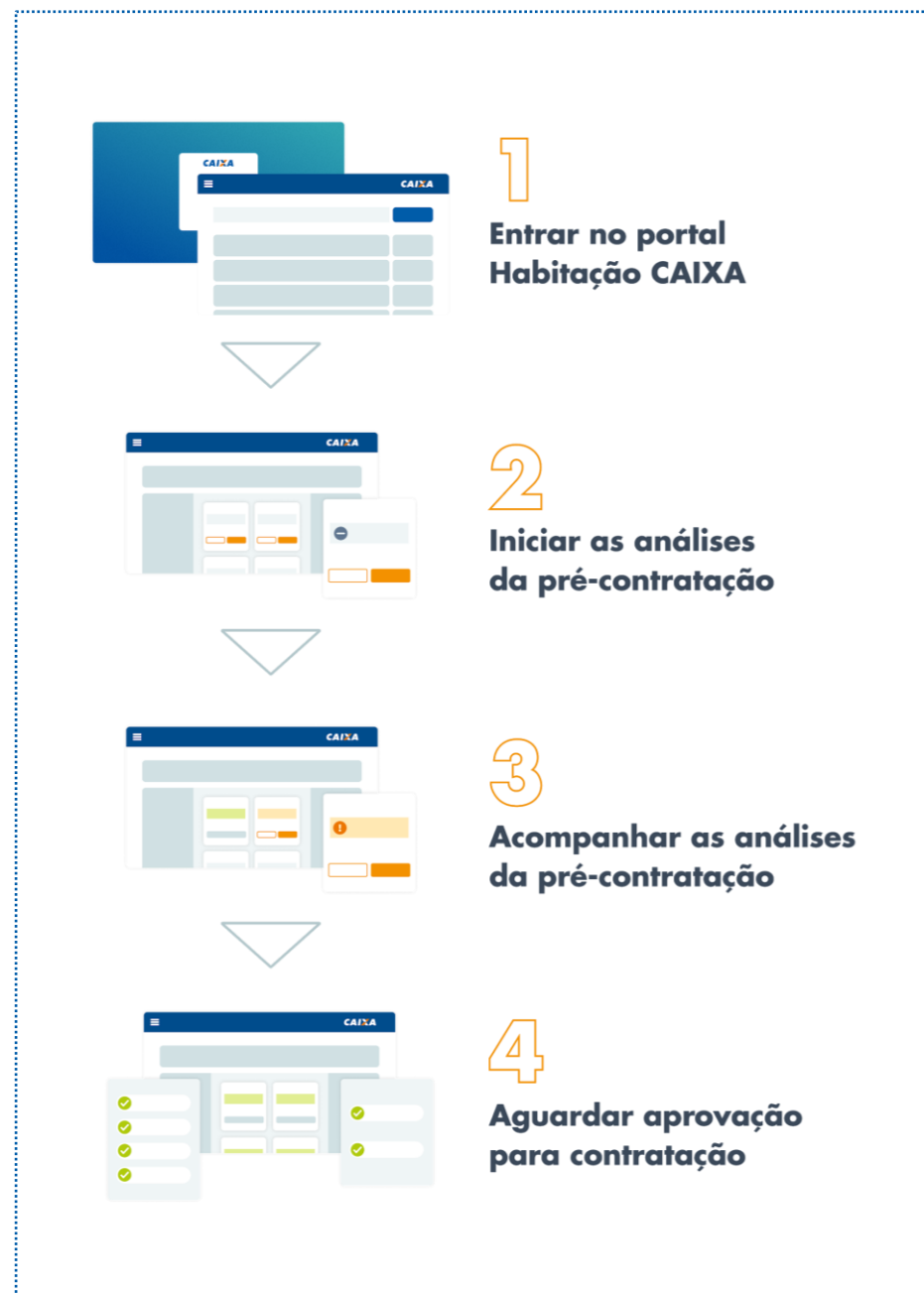
Aqui você encontrará o passo a passo de como iniciar e acompanhar as análises técnicas, desde a Pré-Contratação até a aprovação e contratação da proposta.

O que é a pré-contratação?

A Pré-Contratação é o nome dado pela CAIXA à fase de preparação para a contratação das propostas selecionadas. Na Pré-Contratação ocorre a inclusão de documentos institucionais da EO, da operação e dos participantes, bem como a solicitação das análises necessárias à contratação.

A CAIXA cadastrará a proposta selecionada no SIOPI, com dados mínimos, que serão complementados com o andamento das análises. Esse cadastro gera um número de Pré-contratação que identificará a proposta até que ela seja aprovada e liberada para contratação.

Neste ambiente, operam colaboradores CAIXA e EO, permitindo trâmites mais ágeis e dando transparência a todo o processo.



1. Acessar o SIOPI (Sistema de Operações Imobiliárias)

O portal habitação (SIOPI) é a área onde a Entidade Organizadora poderá operacionalizar e acompanhar a Pré-Contratação de empreendimentos propostos na CAIXA. O endereço do portal habitação é <https://habitacao.caixa.gov.br>

1.1 Solicitando o acesso

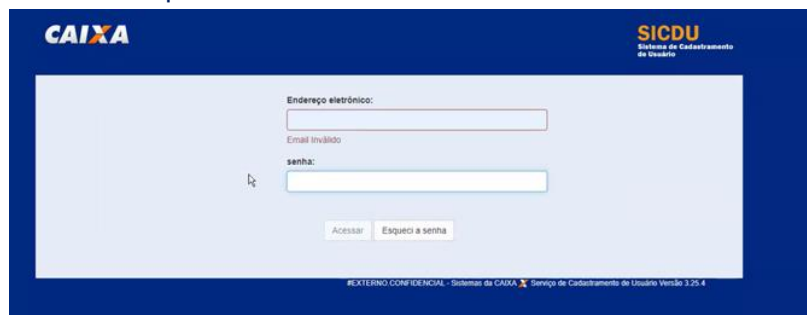
Para obter acesso ao portal da Pré-Contratação é necessário seguir os passos abaixo:

1. Download dos formulários a serem preenchidos:

- Fazer download e preencher o formulário **FICUS_e_Usuario_Externo.zip** (http://www.CAIXA.gov.br/Downloads/habitacao-solucoes-pj-%20construcao-civil/FICUS_e_Usuario_Externo.zip)

2. Envio dos formulários para autorização do seu acesso ao SIOPI:

- Faremos o cadastramento dos usuários das Entidades Organizadoras para envio das documentações completas da OPERAÇÃO, TRABALHO TÉCNICO SOCIAL, IMÓVEL e BENEFICIÁRIOS.
- Preencha o formulário ([Cadastramento de Usuário PMCMV HIS ENTIDADES E RURAL \(office.com\)](#)) com os dados do DIRIGENTE/REPRESENTANTE LEGAL e do RESPONSÁVEL TÉCNICO pela ENGENHARIA.
- Pedimos que tenham atenção ao informar o e-mail, pois a senha temporária e o link para sua alteração serão enviados por e-mail.
- Após o preenchimento do formulário, em até 24 horas, o Sistema enviará no endereço de e-mail informado, a mensagem com a senha temporária, além de outras informações para obter acesso ao SIOPI. Orientamos aguardar seu recebimento. *
- Com o recebimento da senha, o acesso do representante do EO está liberado. O login é o e-mail informado no formulário.
- O link disponibilizado no e-mail abrirá a tela abaixo:





*Caso a mensagem não seja recebida no prazo de até 24 horas, **orientamos verificar a pasta de SPAM** do e-mail antes de realizar nova solicitação.

1.2 Dúvidas sobre o acesso ao SIOPI



Quem pode ter acesso?

CPFs de funcionários vinculados ao CNPJ da EO podem ter acesso ao SIOPI por meio do formulário de cadastramento.



Há limite de cadastros de CPF por CNPJ?

Não há limite de CPFs por CNPJ. Todos os representantes que a EO julgar necessário podem ter seu e-mail cadastrado e uma senha própria para acesso o Sistema.



Esqueci minha senha, e agora?

Você pode clicar na opção **"esqueceu sua senha?"** na página inicial do Sistema e preencher o formulário para receber nova senha.



Trocou a sua senha? Acesse o site <https://siopi.caixa/siopi-web/> (SIOPI) para seu primeiro acesso no Sistema.

A sua proposta já estará disponibilizada no Sistema para o carregamento dos documentos.



Dicas para cadastrar / modificar sua senha de acesso:

- No mínimo de 9 (nove) caracteres, sendo eles alfanuméricos e com:
 - no mínimo 1 (um) caractere alfabético maiúsculo, 1 (um) caractere alfabético minúsculo (a-z) e 1 (um) caractere numérico (0-9).
- Além disso, a senha **NÃO** deve conter:
 - sequenciais de teclado de 3 (três) caracteres, em qualquer direção (ex.: qwe, asd) ou que representem o mês ou ano correntes;
 - 3 (três) caracteres ou mais idênticos consecutivos (ex.: 777, uuu) ou 3 (três) caracteres ou mais alfabéticos sucessivos (ex.: abc, klm);
- Exemplo: **Moradia07**

Para garantir o uso estável do SIOPI utilize o **Mozilla Firefox** ou **Google Chrome**.

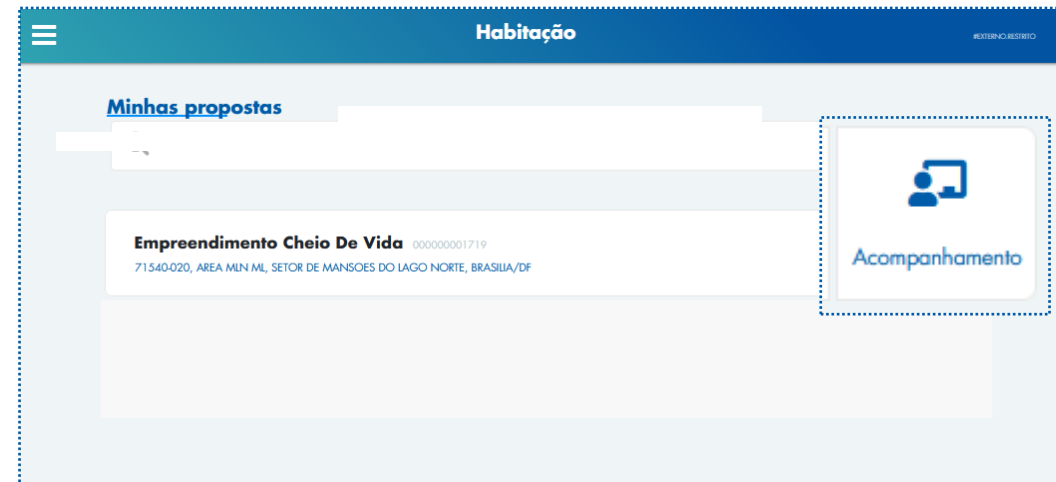
1.3 Acessando propostas vinculadas ao CNPJ da Entidade Organizadora

- Após o *login*, você terá acesso à página com a lista de Pré-Contratações ativas para o CNPJ da EO.
- Identifique a proposta a ser iniciada e clique em **"Acompanhamento"**

IMPORTANTE



Você receberá um e-mail informando o número da Pré-Contratação assim que a CAIXA cadastrar uma nova proposta no Sistema.



1.4 Localizando uma proposta

Uma vez cadastrada e vinculada ao CNPJ da EO, sua proposta deve estar disponível na lista da página **"Minhas propostas"**. Porém, caso não consiga encontrá-la na lista apresentada na tela inicial, é possível pesquisar pelo número do APF ou da Pré-Contratação que você recebeu por e-mail.

1.5 Apresentando o Fluxograma

É possível acessar o andamento da proposta por meio do **"Fluxograma"** na tela inicial, clicando no nome do empreendimento na lista de propostas, onde:



1 - Botão Dados do empreendimento: dá acesso à tela de dados empreendimento – onde há informações sobre as unidades habitacionais.



2 - Botão Documentos: dá acesso à tela de upload de documentos – onde você pode carregar os documentos e consultar a validade deles.

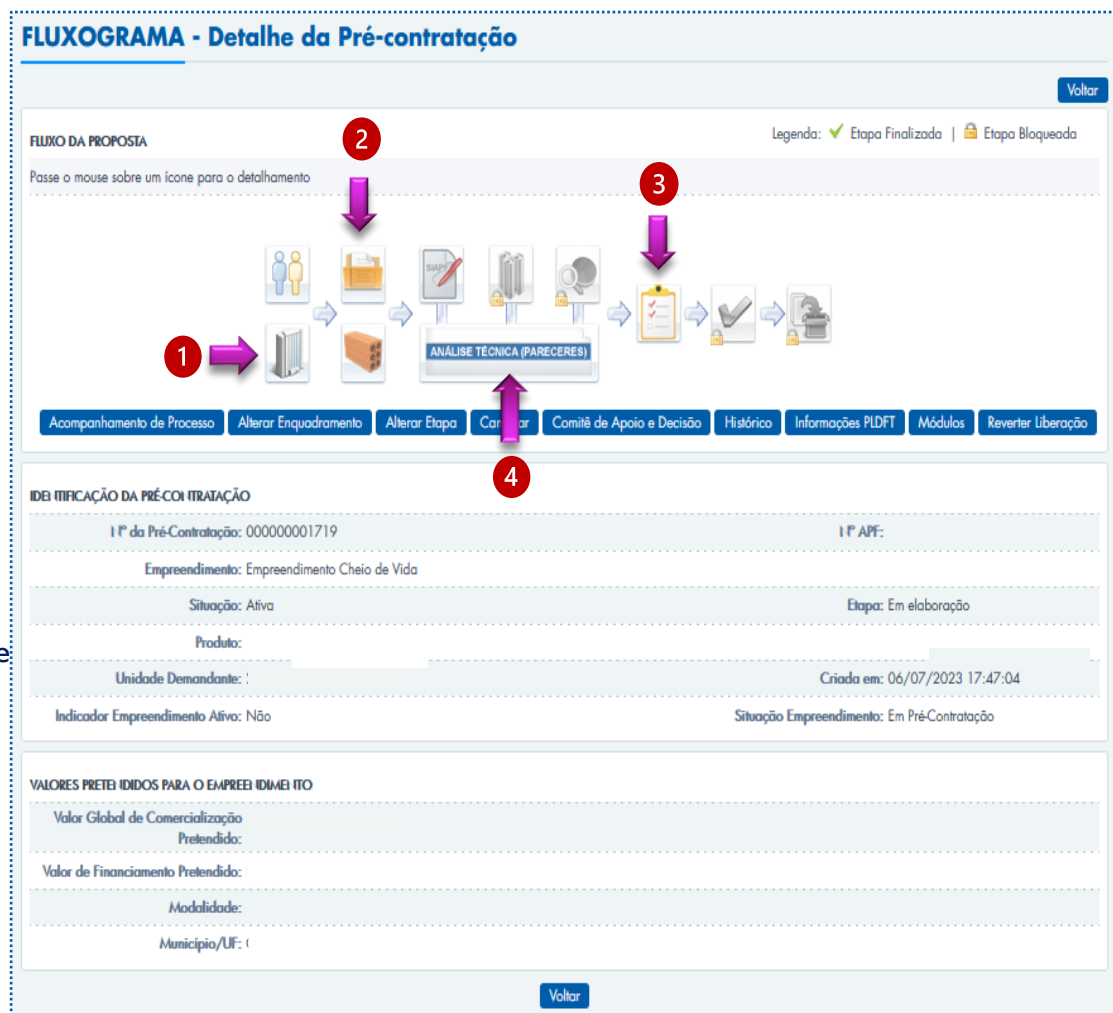


3 - Botão Validação do Checklist: o sistema somente permite validar a Pré-Contratação se a tela do "Checklist de documentos" estiver preenchida e sem item de verificação impeditivo.



4 - Botão Análises Técnicas: dá acesso à tela de análises técnicas – onde você pode solicitar a validação dos documentos.

Os demais botões, a EO não possui permissão para acessar



1.6 Conhecendo a tela "Acompanhamento de Processo"

Ao selecionar uma proposta e clicar no botão "**Acompanhamento de Processo**", você será direcionado ao painel de acompanhamento, que lhe informará tudo o que está acontecendo com a sua proposta. O painel é dividido em 3 (três) partes:



1. **Cadastro do empreendimento:** nesta área é possível acompanhar os cadastros que serão necessários para análise do empreendimento (Veja mais detalhes sobre os cadastros nos itens 1.8 a 1.10)
2. **Análises técnicas:** nesta área é possível solicitar a verificação dos documentos e acompanhar as análises da proposta do empreendimento por meio de "Cards". (Veja mais detalhes sobre os Análises Técnicas no item 2.2).
3. **Finalização da Pré-Contratação:** nesta área é possível acompanhar a aprovação da sua proposta e a liberação para contratação (Veja mais detalhes sobre os a finalização da Pré-Contratação no item 3.2).

A tela de acompanhamento de processo funciona como atalho e painel de transparência onde você encontra tudo o que precisa sobre a Pré-Contratação

1.7 Tela fluxograma – Detalhe da Pré-Contratação

Na proposta cadastrada a Entidade Organizadora deverá carregar toda a documentação do Empreendimento (EO – Institucional e Representantes, Beneficiários; Responsáveis Técnicos; entre outras).

Clicar no **1 - Botão Participantes**



O Sistema abrirá a tela com os participantes do empreendimento, conforme os papéis definidos.

1.8 Cadastrando Papéis no SIOPI

Solicitar à SEH/GIHAB de vinculação, o cadastramento dos seguintes papéis:

- Representantes Legais;
- Responsável Técnico do **Social**;
- Responsável Técnico de **Engenharia**;
- Vendedor (PF ou PJ);
- **Cônjuge** do Comprador (cônjuge do participante).

Em breve, teremos mais essa funcionalidade liberada para o cadastramento diretamente pelas EO. Estamos aguardando demanda de TI!

No caso de Entidades Urbanas (FDS) com contratações em **regime de COGESTÃO**, também deve ser efetuada a CRIAÇÃO do participante **Construtora**, conforme empresa indicada na FRE.

Lembrando que os participantes **Beneficiários** com cadastro na CAIXA, as EO já conseguem efetuar a criação desses participantes no SIOPI.

Para aqueles **Beneficiários** que ainda não tem cadastro na CAIXA e, portanto, apresentam ERRO no momento da inclusão no SIOPI, é necessário efetuar primeiramente o cadastro mínimo no SICLI (verificar com a SEH).

1.9 Cadastramento dos Beneficiários em Lote

Passo 1:

- No "FLUXO DA PROPOSTA" clique em "PARTICIPANTE", representados na figura por 2 (dois) bonecos:



Passo 2:

- Depois clique em "Participantes em Lote":

CONCESSÃO - Consulta Participante da Pré-Contratação

Novo

Pesquisa Cadastral

Participantes do Contrato

Participantes em Lote

Voltar

- Abrirá a tela abaixo, clique em "Papel" - Beneficiário.
- No campo seguinte, insira os CPFs dos beneficiários conforme instrução, e em seguida, salve.

PARTICIPANTES SELECIONADOS

Papel: Beneficiário



Preencha a lista conforme descrito abaixo:

- a) Informe o CPF e/ou CNPJ dos participantes, separado por ponto e vírgula, sem espaços e caracteres especiais, conforme exemplo a seguir:
12345678901;12345678901234;98765432100**
- b) Para Participante Pessoa Física, informar sempre 11 dígitos referente ao CPF;**
- c) Para Participante Pessoa Jurídica, informar sempre 14 dígitos referente ao CNPJ;**
- d) Qualquer dígito a mais ou a menos, resultará em erro!**
- e) No caso de CPF ou CNPJ menor que 11 ou 14 dígitos completar com zero(0) a esquerda.**
- f) Participantes já incluídos não devem ser informadas na lista.**

Os BENEFICIÁRIOS serão criados se todas as orientações forem seguidas.

1.10 Cadastrando o Cônjuge do comprador

Passo 1:

- Na Pré-Contratação, clique no botão "PARTICIPANTES":



Passo 2:

- Depois clique em "Novo":

CONCESSÃO - Consulta Participante da Pré-Contratação

[Novo](#) [Pesquisa Cadastral](#) [Participantes do Contrato](#) [Participantes em Lote](#) [Voltar](#)

IDENTIFICAÇÃO DA PRÉ-CONTRATAÇÃO

Nº da Pré-Contratação: 0000000 N° APF:

Empreendimento: Maturéia

Passo 3:

- Insira o CPF do cônjuge e clique no papel "Cônjuge do Comprador":

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO

CPF/CNPJ:		 *
Papéis:	Selecione.. 	*
	representante legal da CAIXA Beneficiário Agente não Integrante do SFH Agente Promotor Coobrigado/Proponente Cônjuge do Comprador 	
DADOS DO PARTICIPANTE		
COCLI:		
Nome:		

Passo 4:

- Abaixo aparecerá a lista de participantes: clique no beneficiário para realizar a vinculação ao cônjuge e em seguida, clique em salvar:

VINCULAR AO PARTICIPANTE		
CPF/CNPJ	NOME	PAPEL
050.473.694-98	ANTONIA	Beneficiário

Pronto, a vinculação foi realizada.

Consulta de vinculação

Na Pré-Contratação, dentro de Participantes, aparecerá a lista dos beneficiários cadastrados. Quando há vinculação dentro do CPF ou CNPJ, aparece no lado esquerdo do CPF um botão com uma seta para baixo. Basta clicar neste botão que irá abrir a vinculação realizada:

IDENTIFICAÇÃO DA PRÉ-CONTRATAÇÃO

Nº da Pré-Contratação: 0000000	Nº APF:
Empreendimento: Matureia	
Situação: Ativa	Etapa: Em análise técnica
Produto: 1601906204 (V. 000) - MCMV - RURAL - G1 - EMPREENDIMENTO - PRODUCAO DE UH - SEM CISTERNA	
Unidade Demandante: 6934	Criada em:
Indicador Empreendimento Ativo: Não	Situação Empreendimento:

CPF/CNPJ	NOME	PAPEL	EXCLUIR
1	VANESSA	Responsável Técnico	
	MARIA	Responsável Técnico	
		Entidade Organizadora	
	ANTONIA	Beneficiário	
3	JOYCE	Cônjuge do Comprador	

1.11 Enviando arquivos

Ao clicar no botão "fazer upload" é possível enviar os documentos separados por empreendimento e participantes

Preciso carregar todos os documentos de uma análise em uma única vez?

Não. Os documentos podem ser carregados à medida que forem providenciados. Eles ficarão salvos no SIOPI e só serão analisados após o encaminhamento para verificação realizado pela EO

The screenshot shows the CAIXA Habitação SIOPI interface. The main header is 'Habitação' with the CAIXA logo. The page title is 'PRÉ-CONTRATAÇÃO - Lista de Documentos'. Below the title are tabs: 'Checklist', 'Download em lote', 'Lista de Documentos' (selected), 'Outros Documentos', and 'Voltar'.

The 'IDENTIFICAÇÃO DA PRÉ-CONTRATAÇÃO' section contains the following fields:

- Nº da Pré-Contratação: 000000001719
- Nº APF: [empty]
- Empreendimento: [empty] eio de Vida
- Situação: [empty] Etapa: Em elaboração
- Produto: 1325006200 (V. 009) - Programa Minha Casa Minha Vida - Recursos FAR - Empreendimento
- Unidade Demandante: [empty] /07/2023 17:47:04
- Indicador Empreendimento Ativo: [empty] ição Empreendimento: Em Pré-Contratação

The 'COMITÊ DE APOIO A DECISÃO' section has a 'PROPOSIÇÕES' button.

The 'OPERAÇÃO' section has 'REUTILIZAR' and 'NOVO' buttons. Below it, it says 'Nenhum documento para Operação'.

The 'IMÓVEL' section has 'REUTILIZAR' and 'NOVO' buttons. Below it, it says 'Nenhum documento para Imóvel'. The 'REUTILIZAR' and 'NOVO' buttons in this section are highlighted with red boxes.

The bottom of the page shows the company name '50.708.019/0001-65 - EMPREENHIMENTO CHEIA DE VIDA LTDA' and a link 'Documento para Empreendimento Cheia de Vida LTDA'. At the bottom are the same tabs as the top: 'Checklist', 'Download em lote', 'Lista de Documentos' (selected), 'Outros Documentos', and 'Voltar'.

Passo 1:

- Localize a categoria na qual você deseja carregar os documentos (Operação, Imóvel ou Participantes).
- Clique em "NOVO" para carregar um documento recente.
- Clique em "REUTILIZAR" para reutilizar documentos de participantes que já tenham sido carregados no Sistema em outra proposta.

Habitação

CAIXA
HABITACIONAL

PRÉ-CONTRATAÇÃO - Novo Documento - Etapa 1

Voltar

IDENTIFICAÇÃO DA PRÉ-CONTRATAÇÃO

Nº da Pré-Contratação: 00000001710

Nº APF:

Empreendimento: Empreendimento Cheio de Vida

Situação: Ativa

Etapa: Em elaboração

Produto: 1325006200 (V. 009) - Programa Minha Casa Minha Vida - Recursos FAR - Empreendimento

Unidade Demandante: 2613

Criada em: 06/07/2023 17:47:04

Indicador Empreendimento Ativo: Não

Situação Empreendimento: Em Pré-Contratação

ATENÇÃO

!

Antes de incluir um novo documento verifique se já existe alguma categoria que possa ser reutilizada.

CARACTERÍSTICA DO DOCUMENTO

PRÓXIMO

IMÓVEL

Categoria: Selezione *

Tipo de documento: *

Voltar

* Campos obrigatórios

Passo 2:

- Selecione no campo "Categoria", aquela a que pertence o documento.
- Selecione o campo "Tipo de documento", e escolha o tipo que você enviará.
- Clique em "PRÓXIMO".

A Categoria e Tipo de Documento estão detalhados nos ANEXOS I e II, a partir da página 33.

Habitação

CAIXA
#INTERNO-RESTRITO

PRÉ-CONTRATAÇÃO - Novo Documento - Etapa 2

Salvar

Voltar

IDENTIFICAÇÃO DA PRÉ-CONTRATAÇÃO

Nº da Pré-Contratação:	Nº APF:
Empreendimento: Empreendimento Cheio de Vida	
Situação: Ativa	Etapa: Em elaboração
Produto:	
Unidade Demandante:	Criada em: 06/07/2023 17:47:04
Indicador Empreendimento Ativo: Não	Situação Empreendimento: Em Pré-Contratação

CARACTERÍSTICA DO DOCUMENTO

IMÓVEL

Categoria: REGISTRO DO IMÓVEL

Tipo: Matrícula do Imóvel

Emissão: 07/07/2023 *

Validade do documento: 07/08/2023 *

Arquivo: C:\fakepath\Teste FAR.docx

Descrição: teste

250

☐ Conferido com o original ☒ Cliente se responsabiliza pela autenticidade por meio do MO30595 *

Salvar

Voltar

* Campos obrigatórios. ** É permitido anexar arquivos com, no máximo, 5120 KB. Os tipos permitidos são: jpg, jpeg, png, pdf, tif, xls, xlsx, doc e docx.

Passo 3:

- Selecione no campo "Emissão" a data em que seu documento foi emitido.
- Selecione a "Validade do documento" (se for o caso).
- Clique em "Selecione o arquivo" na opção "Arquivo" e selecione o documento que deseja enviar do seu computador.
- No campo "Descrição", escreva observações sobre o documento.
- Selecione a opção "Conferido com original".
- Clique em "Salvar".

Habitação

CAIXA
#EXTENSÃO REGISTRADA

PRÉ-CONTRATAÇÃO - Lista de Documentos

Checklist

Download em lote

Lista de Documentos

Outros Documentos

Voltar

IDENTIFICAÇÃO DA PRÉ-CONTRATAÇÃO

Nº da Pré-Contratação:

Nº APE:

Empreendimento: Empreendimento Cheio de Vida

Situação: Ativa

Produto:

Unidade Demandante:

Criada em: 06/07/2023 17:47:04

Indicador Empreendimento Ativo: Não

Situação Empreendimento: Em Pré-Contratação

COMITÊ DE APOIO A DECISÃO

PROPOSIÇÕES

OPERAÇÃO

REUTILIZAR

NOVO

Nenhum documento para Operação

IMÓVEL

REUTILIZAR

NOVO

#	Categoria	Documento	Emissão	Validade	Conferido?	Ações
			07/07/2023	07/08/2023	Não analisado	  

50.708.019/0001-65 - EMPREENHIMENTO CHEIO DE VIDA LTDA

REUTILIZAR

NOVO

Nenhum documento para Empreendimento Cheio de Vida LTDA

Checklist

Download em lote

Lista de Documentos

Outros Documentos

Voltar

Passo 4:

- Confira se seu documento está associado ao empreendimento ou ao participante corretamente.
- A partir desta lista é possível fazer o *Download* deste arquivo no ícone  (caso necessário).

17

2. Encaminhar a documentação para análise

É possível encaminhar a documentação para análise via Sistema.

Passo 1:

- Na pré-contratação, clicar em ANÁLISE TÉCNICA (PARECERES):



- Abrirá a tela:

LEGENDA

A emitir: prazo para emissão vencido.

Emitidos: data de validade vencida

Emitidos: parecer invalidado por novo parecer ou reenquadramento

 Novo Voltar

- Clique em "Novo".

2.1 Análise Institucional da EO



Passo 1.1:

- Para solicitar a Análise Institucional da EO, em "Tipo de Parecer", clique em "Validação Documentos Institucionais – EO (7 dias)" e em seguida em próximo:

DADOS DO PARECER

Tipo de Parecer:

Campos obrigatórios

- validação documentos trabalho social (10 dias)
- Análise Trabalho Técnico Social (15 dias)
- Pedido de Dotação - CEHIS (10 dias)
- Validação Documentos Institucionais - EO (7 dias)** ←
- Validação Documentos Beneficiários - PF (10 dias)
- Análise de engenharia de empreendimento - BNHP (20 dias)

- Abrirá a tela abaixo. Clique no botão: "Solicitar nova análise técnica:

OPÇÕES DE SOLICITAÇÃO - VALIDAÇÃO DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS - EO 000.000.000-00 *

☒ **Solicitar nova análise técnica** ←

☐ Reutilizar análise técnica já existente (nenhuma disponível)

- Em seguida, "Responsável pela emissão do parecer". Selecione "CEHIS – HABITACAO INTERESSE SOCIAL" e clique em "Salvar:"

SOLICITAR NOVA ANÁLISE TÉCNICA

Responsável pela emissão do parecer:	Selecione Selecione CEOPE/CT - OPERACOES BANCARIAS CURITIBA CEOPF - ORIGINACAO MORADIA PF CEHIS - HABITACAO INTERESSE SOCIAL ←
Observações da análise técnica:	

Salvar Voltar

Pronto. A Demanda foi aberta para análise.

2.2 Análise Técnica de Engenharia



Passo 1.2:

- Para solicitar a Análise dos documentos de Engenharia, clique em "Tipo de Parecer", e selecione:
 - Para a **Modalidade Rural**: "Análise de engenharia do empreendimento (45 dias)", e clique em próximo:

DADOS DO PARECER

Tipo de Parecer: Seleccione

- Seleccione
- Análise jurídica do empreendimento (5 dias)
- Análise de engenharia do empreendimento (45 dias)***
- Análise jurídica do empreendimento PNHR-G1 (15 dias)
- Validação de Doc Analise de Juridica Empreendimento (2 dias)

* Campos obrigatórios

- Para a **Modalidade FDS**: "Análise de engenharia do empreendimento - FDS (30 dias)", e clique em próximo:

DADOS DO PARECER

Tipo de Parecer: Seleccione

- Validação Documentos Institucionais - EO (7 dias)
- Validação Documentos Beneficiários - PF (10 dias)
- Análise de engenharia do empreendimento - FDS (30 dias)**
- CONFORMIDADE CEOPF (30 dias)
- Análise Documentos Operacionais (15 dias)

< Campos obrigatórios

Próximo

Pronto. A Demanda foi aberta para análise.

2.3 Análise do Trabalho Social



Passo 1.3:

- Para solicitar Análise do Trabalho Social, clique em "Tipo de Parecer", e selecione "Validação documentos Trabalho Social (10 dias)", e clique em próximo:

DADOS DO PARECER

Tipo de Parecer:

Campos obrigatórios

- dias)
- Análise de CCV para Comercialização Mínima (3 dias)
- Conformidade CEHIS - RURAL (5 dias)
- Validação documentos Trabalho Social (10 dias) ←**
- Análise Trabalho Técnico Social (15 dias)
- Pedido de Detecção - CEHIS (10 dias)

Pronto. A Demanda foi aberta para análise.



2.4 Análise dos Beneficiários

Passo 1.4:

- Para solicitar Análise dos Beneficiários, clique em "Tipo de Parecer", selecione "Validação documentos Beneficiários - PF (10 dias)", e clique em próximo:

DADOS DO PARECER

Tipo de Parecer:	be	
	Liberação de Parcela de Vigilância – FDS (5 dias)	
	Liberação de Custas Judiciais – FDS (5 dias)	
	Liberação de Parcela de Obra – FDS (5 dias)	
mpos obrigatórios	Validação Documentos Beneficiários - PF (10 dias) ➡	

Pronto. A Demanda foi aberta para análise.

3. Acompanhar as análises da Pré-Contratação

- Quando a unidade de relacionamento verificar que os documentos estão prontos para serem encaminhados para a área técnica, ela solicitará a análise. O acompanhamento ocorrerá da seguinte forma:

Análise viável

Significa que com aqueles documentos analisados, naquelas condições, sob o ponto de vista daquela área técnica, o empreendimento pode ser contratado.

Análise viável com ressalvas não impeditivas

Indica que a análise está aprovada para as condições apresentadas e possui algumas ressalvas da área técnica que não impedem a contratação, embora precisem ser atendidas e/ou acompanhadas no decorrer do processo.

Análise viável com ressalvas (corrigir até a contratação)

Significa que a análise está aprovada, desde que as ressalvas apontadas pela área técnica sejam atendidas até a data da assinatura do contrato. Neste caso, você pode atender as ressalvas pelo Sistema fazendo *upload* dos documentos e encaminhando-os para a unidade de relacionamento. Este passo, no entanto, não é obrigatório para a fase de Pré-Contratação.

Viável com ressalvas (corrigir até liberar parcelas)

Indica que a análise está aprovada, desde que as ressalvas apontadas pela área técnica sejam atendidas até a data de liberação da primeira parcela. Você pode atender as ressalvas pelo Sistema fazendo *upload* dos documentos e encaminhando-os para a unidade de relacionamento. Este passo, no entanto, não é obrigatório para a fase de Pré-Contratação.

Não Viável

Este resultado significa que a análise deliberou que a proposta não está apta à contratação.



3.1 Quando as análises terminam?

- Quando todas as análises obrigatórias para o Programa, em que se enquadra a proposta, estiverem com o resultado informado no SIOPI: **viável e suas variações (com pendências) e não viável**.

3.2 Acompanhamento de Análise e Parecer no SIOPI

- Para verificação dos pareceres emitidos ou a emitir, basta entrar no SIOPI, inserir o número da Pré-Contratação ou APF e seguir os seguintes passos:

Passo 1:

- Na tela inicial, clique em “ANÁLISE TÉCNICA (PARECERES)”:



- Abrirá a tela a seguir, a qual é possível verificar o andamento e a finalização da análise, sendo que os pareceres a emitir são os que estão em análise e os pareceres emitidos são os concluídos, podendo ser **viável, com pendências ou não viável**.

Passo 1.1.:

- Para verificar pareceres solicitados e em fila para análise, visualize em “PARECERES A EMITIR” e clique no [hiperlink](#) em “TIPO”:

PARECERES A EMITIR				
#	DATA/HORA SOLICITAÇÃO	TIPO	RESPONSÁVEL	DIAS ¹
501738	26/07/2024 17:42:40	Validação Documentos Institucionais - EO	CEHIS	6
497688	19/07/2024 16:10:23	Análise Trabalho Técnico Social	CEHIS	13

Passo 1.2:

- Para verificar os pareceres já emitidos, visualize em “PARECERES A EMITIDOS” e clique no [hiperlink](#) em “TIPO”:

PARECERES EMITIDOS				
#	DATA/HORA EMISSÃO	TIPO	RESULTADO	RESPONSÁVEL
498124	31/07/2024 16:35:55	Análise de engenharia do empreendimento - PNHR	Viável	GIHAB/FO

- Abrirá a tela com o analítico do parecer emitido com as seguintes informações:

DADOS DO PARECER EMITIDO	
Emissor:::	Data/Hora Emissão: 31/07/2024 16:35:55
Validade: 27/01/2025	Indicador de Validade: Válido
Resultado: Viável	
Descrição: LAE emitido em 26/07/2024.	
Descrição Construtora: LAE emitido em 26/07/2024.	

- Neste caso, o parecer da análise de engenharia foi **viável**, com data de validade até 27/01/2025.

Passo 1.3: Como consultar o documento do Parecer (PA) no SIOPI:

- Em "PARECERES EMITIDOS", clique no [hiperlink](#) em "TIPO":

PARECERES EMITIDOS							
#	DATA/HORA EMISSÃO	TIPO	RESULTADO	RESPONSÁVEL	DIAS ₂	VALIDADE	
	21/08/2024 20:23:06	Análise Trabalho Técnico Social	Viável com ressalvas (corrigir até liberar parcelas)	CEHIS	7	21/08/2025	

- Abrirá os "DADOS DO PARECER EMITIDO" e na descrição (quando há PA), terá um número de referência #xxxxxxx. Copie esse número e clique em voltar:

DADOS DO PARECER EMITIDO

Emissor::

Data/Hora Emissão: 12/08/2024 1

Validade: 08/02/2025

Indicador de Validade: Válido

Resultado: Viável

Descrição Construtora: Concluída a Análise de engenharia do Empreendimento - FASE I - conforme documento MVT inserido na pasta de documentos do SIOPI #6749237

- Clique no botão "Documentação":

FLUXO DA PROPOSTA

Passe o mouse sobre um ícone para o detalhamento



- Abrirá a lista de documentação que compõe o dossiê. Para encontrar o parecer, clique na tela "CTRL = F" e no campo abaixo da tela, cole o número copiado do passo anterior, que o documento será localizado. Para acessá-lo, clique na seta vermelha:

6748818	12/08/2024 17:47:07	LAUDO - ANALISE DO EMPREENHIMENTO - LAE GLOBAL	Laudo - Análise do Empreendimento - LAE FDS	12/08/2024 08/02/2025	     
6749141	12/08/2024 17:50:37	LAUDO - AVALIAÇÃO DO TERRENO	Laudo - Avaliação do Terreno	24/07/2024	     
6530762	25/07/2024 11:09:10	LAUDO - VISTORIA TERRITORIAL - LVT	Laudo - Vistoria Territorial - LVT	25/07/2024	     
6388910	08/07/2024 18:38:36	LEI AUTORIZATIVA	Lei autorizativa	14/12/2018 14/12/2026	     
6402529	10/07/2024 15:01:25	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO	Levantamento Planialtimétrico	10/07/2024	     
6748734	12/08/2024 17:32:54	LISTA - FAMÍLIAS ATENDIDAS	Lista - Famílias Atendidas	12/08/2024	     
6389020	08/07/2024 18:50:42	MANIFESTAÇÃO - ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE	Manifestação - Órgão Ambiental competente	07/06/2019	     

^
▼
Destacar todas
Diferenciar maiúsculas/minúsculas
Considerar acentuação
Palavras inteiras
Ocorrência 1 de 1

Pronto! O documento será aberto para visualização completa.

3.3 Dossiê Institucional



- Quando um CNPJ tem mais de uma proposta, a CAIXA realiza a Análise Institucional uma única vez para replicar para as propostas ativas. Para isso, é criada uma Pré-Contratação para que o Dossiê Institucional seja constituído.

Como saber qual Pré-Contratação é a do Dossiê Institucional?

Passo 1:

- Insira o CNPJ da EO na tela principal e clique em "Consultar":

CONSULTA POR OUTRAS INFORMAÇÕES

Nome do Empreendimento:

CNPJ do Cliente:

Número da Unidade Demandante:

Produto:

Situação: ▼

Etapas: ▼

[Consultar](#)

Passo 2:

- Abrirá a tela com a Lista das Pré-Contratações. A Pré Contratação referente ao Dossiê Institucional é aquela que na coluna "Nome do Empreendimento" conste o nome da EO e esteja com a situação "Ativa".
- Clique no [hiperlink](#) com o número da Pré-Contratação, conforme a seguir:

00000004 ➡		6934	Ativa	Em análise técnica	01/07/2024
00000000		6934	Cancelada	Em elaboração	01/07/2024
00000000		6934	Cancelada	Em elaboração	02/07/2024
00000000		6934	Ativa	Em análise técnica	03/07/2024

Passo 3:

- Clique em “ANÁLISE TÉCNICA (PARECERES)”:



Passo 4:

- Clique no [hiperlink](#) do “PARECERES EMITIDOS”:

PARECERES EMITIDOS

#	DATA/HORA EMISSÃO	TIPO	RESULTADO	RESPONSÁVEL	DIAS ²	VALIDADE
	13/08/2024 13:49:18	Conformidade Documentos Institucionais - EO	Viável	CEHIS	0	12/09/2024

- Abrirá os “DADOS DO PARECER EMITIDO” com a descrição.

DADOS DO PARECER EMITIDO

Emissor:::	Data/Hora Emissão: 13/08/2024 13:49:18
Validade: 12/09/2024	Indicador de Validade: Válido
Resultado: Viável	

Descrição:

3.4 CHECKLIST



- O *checklist* de Entidades Rurais e Urbanas encontram-se disponíveis para *downloads* no site da CAIXA -> Habitação Minha Casa Minha Vida Entidades ou Habitação Rural: <https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>

Lembrando que os Tipos de Documentos devem ser carregados na tela abaixo, considerando os itens listados nos ANEXOS I e II.

ANEXO I – Checklist RURAL

BLOCO 01 – OPERAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO DA OPERAÇÃO SELECIONADA	
☐	Declaração de Contrapartida/Previsão Orçamentária (MO29735), quando houver.
☐	Comprovante de inserção ou alteração dos beneficiários no CADÚNICO e relação contendo nome e número do NIS.
☐	Ata da Assembleia de eleição da CRE (MO29725), registrada no Cartório de Títulos e Documentos.
☐	Termo de Responsabilidade da CRE (MO29950).
☐	Termo de Compromisso (MO29742) assinado pela EO e representante CAIXA.
☐	CND Estadual (ou Distrital) - Certidão Negativa de Débitos obtida junto a Fazenda Estadual (ou Distrital) de todas as Unidades Federativas (Estados) cujas Propostas foram selecionadas pelo MCidades no ciclo 2024.
☐	CND Municipal - Certidão negativa de Débitos obtida junto à Fazenda Municipal de todos os Municípios cujas Propostas foram Selecionadas pelo MCidades no ciclo 2024.
Observações: Quando a EO for representada por Ente Público, é obrigatória a transcrição do Termo de Compromisso no Cartório de Títulos e Documentos, além de ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado ou Município. Em caso de EO, Pessoa Jurídica sem Fins Lucrativos, se obriga a apresentação de firma reconhecida pelo Cartório de Notas do representante legal da EO, sendo dispensada, quando o Termo de Compromisso for assinado às vistas do empregado CAIXA.	
SE HOUVER CONTRAPARTIDA COMPLEMENTAR DE PODER PÚBLICO:	
☐	Lei Autorizativa para aporte de contrapartida financeira, quando houver, e comprovante de sua publicação.
☐	Declaração de atendimento aos limites definidos pela LRF (MO29515), caso haja contrapartida financeira.
SE ENQUADRADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA	
☐	Portaria De Reconhecimento De Situação De Emergência Ou Estado De Calamidade Pública emitida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
☐	Formulário de Informações de Desastre - FIDE
☐	Declaração do Ente Público que assegure que as áreas em que serão reconstruídas as UH, não são suscetíveis a risco de Desastre Natural

CATEGORIA SIOPI
OPERAÇÃO
DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA/PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
LISTA DE BENEFICIÁRIOS SELECIONADOS
ATA DE ELEIÇÃO CRE REGISTRADA
TERMO DE RESPONSABILIDADE - CRE
PLANO DE TRABALHO/TERMO DE COMPROMISSO - MO 30.619
CND DISTRITAL OU ESTADUAL - MUNICÍPIOS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL CND MUNIC

LEI AUTORIZATIVA PARA APOORTE CONTRAPARTIDA FINANCE
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS LIMITES DA LRF

PORTARIA EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA
FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES DO DESASTRE - FIDE
NATO DIGITAL - DOSSIE DO ENTE PÚBLICO

DOCUMENTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL	
☐	Projeto de Trabalho Social assinado pelo RT e pelo responsável da EO (Modelo Caixa sugerido e disponível: Formulário 2 do Caderno TS Rural).
☐	Orçamento e Cronograma Físico Financeiro do TS (Modelo CAIXA sugerido e disponível: MO30616).
☐	Regulamento de Mutirão - se o projeto adota esse regime de construção.

CATEGORIA SIOPI
OPERAÇÃO
PROJETO DE TRABALHO SOCIAL
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO TRABALHO SOCIAL
ATA DE ELEIÇÃO CRE REGISTRADA

BLOCO 02 – IMÓVEL



DOCUMENTAÇÃO DE ENGENHARIA

PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

FASE	DOCUMENTO	ENGENHARIA: ANÁLISE DE PROJETO PADRÃO EO	ENGENHARIA: ANÁLISE DE EMPREENDIMENTO
ANÁLISE DEFINITIVA	1 FRE RURAL em PDF assinado e em Excel contendo as seguintes abas:	X	X
	IDENTIFICAÇÃO	X	X
	CUSTOS TIPOLOGIA A	X	X
	CUSTOS TIPOLOGIA B (SE FOR O CASO)	X	X
	Resumo PROJETOS PRODUÇÃO	X	X
	Resumo BENEFICIÁRIOS PRODUÇÃO	X	X
	Memorial_Produção Tipologia	X	X
	Cronograma		X
	Checklist		
	2 Croqui de localização das unidades habitacionais projetadas, com indicação das rotas de acesso		X
	3 Projetos de implantação da unidade habitacional (contendo distâncias do sistema de tratamento de efluentes, solução de abastecimento de água) e projeto arquitetônico (planta baixa, elevações frontal, posterior e lateral, cortes longitudinal e transversal, planta de cobertura)	X	X
	4 Layout das unidades padrão e adaptada à acessibilidade universal	X	X
	5 Projeto de ampliação da unidade habitacional	X	X
	6 Protocolo de pedido firmado pela EO ou pelo beneficiário junto à concessionária de energia, nos casos em que não há solução de energia compatível com a região		X

CATEGORIA SIOPI

IMÓVEL

FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE MO
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE EXCEL

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

LAY-OUT DA UNIDADES PADRÃO E ADAPTADAS

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL

PROTOCOLO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

PROJETOS COMPLEMENTARES

CONTRATAÇÃO	1	ART/RRT/TRT de execução da obra		X
	2	ART/RRT/TRT dos projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações elétricas e hidrossanitárias	X	X
	3	ART/RRT/TRT do profissional responsável pela fiscalização e acompanhamento das obras e serviços de engenharia e arquitetura (apenas para empreitada global)		X
	4	Contrato de Cessão de Tecnologia (para empreendimento com sistema inovador).		X

ART/RRT DE EXECUÇÃO DE OBRA
ART/RRT PROJ ARQ/PREF, FUND, EST, INFRA E FIS
ART/RRT DE FISCALIZAÇÃO
CONTRATO DE CESSÃO DE TECNOLOGIA

MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS		
FASE	DOCUMENTO	
ANÁLISE DEFINITIVA	1	FRE RURAL em pdf assinado e em excel contendo as seguintes abas:
	1.1	IDENTIFICAÇÃO
	1.2	Resumo BENEFICIÁRIOS MELHORIA
	1.3	Memorial_Melhoria
	1.4	Cronograma (aba x)
	1.5	Checklist
	2	Croqui de localização das unidades habitacionais, contendo um ponto de coordenada geográfica de cada unidade habitacional, com indicação das rotas de acesso
	3	Croqui de ampliação da unidade habitacional, se for o caso
	4	Laudo conclusivo do responsável técnico, acompanhado da respectiva RRT, ART ou TRT, que ateste que o domicílio possui estrutura estável e não necessita de reconstrução ou total substituição, com indicação das intervenções necessárias para a habitação
	5	Relatório fotográfico georreferenciado vinculado ao laudo conclusivo que identifique a inadequação ou a condição de insalubridade da unidade habitacional
	6	Documentos complementares necessários à compreensão e à análise da proposta, de acordo com a natureza de cada intervenção
CONTRATAÇÃO	1	ART/RRT/TRT de execução da obra
	2	ART/RRT/TRT dos projetos arquitetônicos, estruturais e de instalações elétricas e hidrossanitárias, se for o caso

FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE EXCEL
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE MO
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO
CROQUI DE AMPLIAÇÃO
LAUDO CONCLUSIVO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
ART/RRT DE EXECUÇÃO DE OBRA
ART/RRT PROJ ARQ/PREF, FUND, EST, INFRA E FIS

BLOCO 03 – ENTIDADE ORGANIZADORA (INSTITUCIONAL)

CAIXA

PARTICIPANTE: ENTIDADE ORGANIZADORA (INSTITUCIONAL)

☐

Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos ou, se for o caso, na Junta Comercial.

☐

Certidão simplificada na Junta Comercial, se for o caso.

☐

Ata de nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial.

COMPROVANTES - SE EO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS:

☐

Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

☐

CND Dívida Ativa da União - Certidão Negativa de Débitos Relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

☐

CRF - Certidão de Regularidade com o FGTS, obtida no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal.

☐

CEPIM - Certidão negativa obtida junto ao Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, disponível no sítio eletrônico do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União.

☐

CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho.

CATEGORIA SIOPI
PESSOA JURÍDICA - CNPJ DA EO
CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL
CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL
ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO
CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
CERTIDÃO NEG DÉB REL TRIB FED E À DIV ATIVA UNIÃO
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF
CERTIDÃO NEGATIVA OBTIDA JUNTO AO CADASTRO
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA

BLOCO 04 – PARTICIPANTE REPRESENTANTES LEGAIS/DIRIGENTES (CPF)

	
PARTICIPANTE: ENTIDADE ORGANIZADORA REPRESENTANTES LEGAIS/DIRIGENTES	
COMPROVANTES - DE TODOS OS REPRESENTANTES/DIRIGENTES DA ENTIDADE ORGANIZADORA:	
☐ Documento de identificação: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto.	
☐ CPF (dispensada a apresentação, caso o documento enviado no item anterior contenha o número do CPF)	
☐ Comprovante de estado civil.	
COMPROVANTES - SE PODER PÚBLICO:	
☐ Diploma ou publicação da nomeação do prefeito no Diário Oficial e Ata de Posse.	

CATEGORIA SIOPI
PESSOA FÍSICA

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF
COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL

DIPLOMA OU PUBLICAÇÃO DE NOMEAÇÃO DO PREFEITO

BLOCO 05 – PARTICIPANTE RESPONSÁVEL TÉCNICO ENGENHARIA (CPF)

CAIXA

PARTICIPANTE: RESPONSÁVEL TÉCNICO ENGENHARIA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ATEC

ATEC Pessoa Jurídica (Quando o engenheiro ou arquiteto não compõe o quadro de empregados da EO)

☐

Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

☐

Certidão de Regularidade com o FGTS - CRF, obtida no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal.

☐

Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial

☐

Ata da nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial☐☐☐☐

Documentos do RT pela execução das obras

☐

Certidão de registro válida do CREA/CAU☐

ATEC Pessoa Física (Engenheiro ou Arquiteto, quando compõe o quadro de empregados da EO)

☐

Certidão de registro válida do CREA/CAU☐

CATEGORIA SIOPI
PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA
CPF/CNPJ DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF
CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL
ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO
REGISTRO NO CREA/CAU
INSTRUMENTO DE COMPROMISSO
PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
REGISTRO NO CREA/CAU
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
REGISTRO NO CREA/CAU
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

EMPREITADA GLOBAL**Empresa Construtora - Responsável pela Obra**

- ☐ Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- ☐ Certidão de Regularidade com o FGTS - CRF, obtida no site eletrônico da Caixa Econômica Federal.
- ☐ Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial
- ☐ Ata da nomeação da última Diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial
- ☐ Certidão Simplificada da Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas
- ☐ Certidão de registro válida ou Carteira do CREA/CAU
- ☐ Contrato de Empreitada firmado entre a EO e a Construtora, com assinaturas reconhecidas em Cartório, específico por empreendimento, constando o nome do empreendimento, o(s) município(s) contemplado(s) na proposta, e o número de unidades habitacionais
- ☐ Edital de Licitação Pública para construção da obra e comprovante de sua publicação, quando a EO é PP
- ☐ Resultado da licitação pública, quando a EO é PP
- ☐ Procuração Pública, se for o caso
- ☐ Documentos pessoais dos sócios/acionistas/cônjuges e dirigentes: documento de identidade, CPF/MF, comprovante de estado civil

Documentos do RT pela execução das obras

- ☐ ART/RRT de execução
- ☐ Certidão de registro válida do CREA/CAU
- ☐ Documento de identificação e CPF do RT.

Fiscalização em caso de Empreitada Global**Empresa Fiscalizadora**

- ☐ Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- ☐ Certidão de Regularidade com o FGTS - CRF, obtida no site eletrônico da Caixa Econômica Federal.
- ☐ Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial
- ☐ Ata da nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial
- ☐ Certidão de registro válida ou Carteira do CREA/CAU
- ☐ Contrato de Prestação de Serviços firmado com a EO, com assinaturas reconhecidas em Cartório especificando no objeto do contrato a atuação para empreendimentos do MCMV - Rural
- ☐ Procuração, se for o caso
- ☐ Documentos pessoais dos sócios/acionistas/cônjuges e dirigentes: documento de identidade, CPF/MF, comprovante de estado civil

Documentos do RT pela fiscalização das obras

- ☐ ART/RRT/TRT de fiscalização e acompanhamento das obras e serviços de engenharia e arquitetura
- ☐ Certidão de registro válida do CREA/CAU
- ☐ Documento de identificação e CPF do RT.

Fiscalização por Pessoa Física (Engenheiro ou Arquiteto, quando compõe o quadro de empregados da EO)

- ☐ Certidão de registro válida do CREA/CAU
- ☐ Documento de identificação e CPF do RT.

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF
CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL
ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO
CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL
REGISTRO NO CREA/CAU
INSTRUMENTO DE COMPROMISSO
DIPLOMA OU PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO NO D. O.
RESULTADO PUBLICAÇÃO ESCOLHA CONSTRUTORA
PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
ART DO PROF VINC À CONSTRUTORA VENC LICITAÇÃO
REGISTRO NO CREA/CAU
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF
CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL
ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO
REGISTRO NO CREA/CAU
INSTRUMENTO DE COMPROMISSO
PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
ART DO PROF VINC À CONSTRUTORA VENC LICITAÇÃO
REGISTRO NO CREA/CAU
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

REGISTRO NO CREA/CAU
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

BLOCO 06 – ENTIDADE ORGANIZADORA RESPONSÁVEL TÉCNICO SOCIAL

CAIXA

DOCUMENTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

☐

Documento de Identificação do RT de Projeto TS (Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado), ou Carteira de Categoria Profissional ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto).

☐

CPF (dispensada a apresentação, caso o documento enviado no item anterior contenha o número do CPF)

☐

Curriculo do RT de Projeto TS (Formação acadêmica, Experiência profissional comprovada em ações socioeducativas em programas de habitação de interesse social, Experiência profissional em trabalho comunitário e/ou mobilização social, Experiência profissional em projetos socioambientais, Experiência profissional em projetos de urbanização).

☐

Comprovante de formação acadêmica do RT de Projeto TS (Diploma ou Certificado de conclusão de curso).

☐

Comprovantes de regularidade do respectivo Conselho de Classe, se houver, do RT de Projeto TS.

☐

Comprovante de vínculo da EO com o RT contratado para Projeto TS.

CATEGORIA SIOPI - OPERAÇÃO
PESSOA FÍSICA
CPF DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
COMPROVANTE FORMAÇÃO CIÊNCIAS HUMANAS RT TS
REGISTRO NO CREA/CAU
COMPROVANTE DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

BLOCO 07 – BENEFICIÁRIOS – PESSOA FÍSICA (CPF)



DOCUMENTAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS – PESSOA FÍSICA

- ☐ Declaração dos dados cadastrais do beneficiário (MO29741).
- ☐ Documento de identificação do(a) beneficiário(a) e cônjuge/companheiro(a): Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH com foto.
- ☐ CPF (dispensada a apresentação, caso o documento enviado no item anterior contenha o número do CPF).
- ☐ Comprovante de estado civil.
- ☐ Preenchimento da declaração de união estável na declaração de beneficiários (MO29741), se for o caso.
- ☐ Procuração por Instrumento Público, se for o caso.

COMPROVAÇÃO DE RENDA E/OU ENQUADRAMENTO

AGRICULTOR FAMILIAR E EQUIVALENTE

- ☐ Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF ou Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP no prazo da sua validade.
- ☐ INCRA, com informação de renda anual de cada família, ficando dispensada a apresentação do CAF ou da DAP.

Observação:

Constatadas nas pesquisas cadastrais a existência de remunerações formais, o enquadramento somente poderá ser realizado com a apresentação de todas as rendas do grupo familiar, que serão somadas para o correto enquadramento da família no Programa.

- Se ocupante de Assentamento da Reforma Agrária - Comprovação de pertencimento do beneficiário ao assentamento:

- ☐ Relação dos assentados emitida pelo INCRA, na qual conste o nome e CPF do assentado, com informação de renda anual de cada família.

- Se Comunidade Quilombola - Comprovação de pertencimento do beneficiário à comunidade quilombola:

- ☐ Certidão de Autodefinição emitida pela Fundação Palmares.
- ☐ Ofício emitido pela Associação, assinado por seus representantes legais, com firmas reconhecidas em cartório, relacionando as famílias que compõe o quilombo.
- ☐ Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF ou Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP no prazo da sua validade.

Observação:

Excepcionalmente, é admitida a comprovação de pertencimento a comunidade quilombola por meio da apresentação do Título ou Certidão de Terra (MO29739), emitido pelo INCRA em que consta a relação das famílias quilombolas titulares da área.

CATEGORIA SIOPI

PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DO BENEFICIÁRIO
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF
COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL
COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL
PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO

CAF OU DAP

RELAÇÃO DE ASSENTADOS INCRA

RELAÇÃO DE ASSENTADOS INCRA

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
CAF OU DAP

- Se Comunidade Indígena - Comprovação de pertencimento à comunidade detentora de usufruto exclusivo de terra indígena:

- ☐ Documento emitido pela FUNAI, que certifique que o órgão não se opõe à produção ou à melhoria de unidade habitacional
- ☐ Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF ou Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP no prazo da sua validade.

TRABALHADORES RURAIS E FAMÍLIAS RESIDENTES DE ÁREA RURAL

- ☐ Carteira de trabalho e três últimos contracheques; **OU**
- ☐ Contrato de trabalho e três últimos contracheques; **OU**
- ☐ Declaração em papel timbrado do empregador com firma reconhecida em cartório; **OU**
- ☐ Comprovante de proventos do INSS, se aposentado de caráter permanente. **OU**
- ☐ Na ausência dos comprovantes de renda listados, declaração emitida por cooperativa de produção e/ou comercialização, sindicato ou associação de classe à qual o proponente seja associado, em papel timbrado, com firma reconhecida em cartório.

- Se enquadrado em Juventude Rural - Comprovação de pertencimento:

- ☐ Comprovante de renda dos genitores que comprovem o enquadramento na Faixa I ou II do Minha Casa, Minha Vida - MCMV - Rural; **E**
- ☐ Comprovante de realização de atividade econômica na propriedade da família; **OU**
- ☐ Comprovante de matrícula ou de conclusão em curso de formação técnica voltados às atividades agropecuárias; **OU**
- ☐ Comprovante de formação em educação tradicional combinada com disciplinas voltadas às atividades do campo, promovidas por instituições reconhecidas pelo MEC, tais como Escola Família Agrícola - EFA, Escola Comunitária Rural - ECOR, Casa Familiar Rural - CFR e colégio agrícola; **OU**
- ☐ Comprovante de formação em curso de agropecuária e capacitação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, empresa ou instituição pública de assistência técnica e extensão rural e secretarias de agricultura de estados e municípios.

- Candidatos que dedaram receber BPC ou Balsa Família

- ☐ Pesquisa em Portal da Transparência - CGU: <https://portal.datransparencia.gov.br>, que comprove o recebimento do benefício; **OU**
- ☐ Declaração do benefício emitida pelo INSS, contendo dados de data de início do cadastro, informação de cadastro ativo, data de cessação, se for o caso, e a autenticidade por meio de código de QR Code.

DECLARAÇÃO FUNAI
CAF OU DAP

CTPS
CTPS
COMPROVANTE DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO
EXTRATO INSS
COMPROVANTE DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS
COMPROVANTE ATIVIDADE ECONOMICA
COMPROVANTE EDUCACIONAL/ CONCLUSÃO DE CURSO
COMPROVANTE EDUCACIONAL/ CONCLUSÃO DE CURSO
COMPROVANTE EDUCACIONAL/ CONCLUSÃO DE CURSO

DEMONSTRATIVO BENEFICIO SOCIAL
DECLARAÇÃO INSS

DOCUMENTAÇÃO DA GLEBA RURAL

DE PROPRIEDADE DO BENEFICIÁRIO

- ☐ Matrícula atualizada do imóvel em nome do beneficiário, dentro do prazo de validade (60 dias) na data de apresentação à CAIXA; **OU**
- ☐ Matrícula do imóvel emitida a qualquer época, em nome do beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a) + Autodeclaração do beneficiário (MO30197) assinada também pela EO; **OU**
- ☐ Certidão atualizada de Inteiro Teor da Matrícula, em nome do beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a), dentro do prazo de validade (60 dias) na data de apresentação à CAIXA; **OU**
- ☐ Certidão original do imóvel, em nome do beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a) + Autodeclaração do beneficiário (MO30197), assinada também pela EO; **OU**
- ☐ Escritura pública de Compra e Venda, em favor do beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a) + matrícula atualizada do imóvel em nome do vendedor; **OU**
- ☐ Escritura Particular ou Compromisso de Compra e Venda, caso o valor da gleba seja inferior a 30 salários mínimos, em favor do beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a), com firmas reconhecidas em cartório + matrícula atualizada do imóvel em nome do vendedor; **OU**
- ☐ Escritura pública de Doação, em favor do beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a) + matrícula atualizada do imóvel em nome do doador; **OU**
- ☐ Sentença no processo de Usucapião com trânsito em julgado, em favor do beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a), contendo a descrição do imóvel + matrícula atualizada do imóvel.

Observações:

A Autodeclaração do beneficiário (MO30197) poderá ser substituída por CCIR atualizado em que conste a situação atual da gleba rural, com o nome do proprietário/beneficiário, área e localização.

Quando o ônus gravado sobre o imóvel for Hipoteca, tendo como devedor o beneficiário e/ou cônjuge/companheiro(a), não constitui impedimento para a contratação no programa, desde que comprove estar adimplente na instituição financeira concedente.

EM POSSE DO BENEFICIÁRIO

Ocupante de boa-fé de terra pública

- ☐ Autodeclaração de ocupação do beneficiário (MO30150), assinada também pela EO, que certifique a veracidade da informação e identifique ao menos um ponto da coordenada geográfica do imóvel; **E**
- ☐ Declaração de regularidade da ocupação emitida pelo Ente Público titular da área, certificando que não se opõe à produção ou à melhoria da UH no imóvel (MO30422).

Ocupante de boa-fé de terra particular com Direitos Sucessórios pendentes de partilha

- ☐ Matrícula atualizada do imóvel em nome do proprietário, dentro do prazo de validade (60 dias) na data de apresentação à CAIXA
- ☐ Autodeclaração de ocupação do beneficiário (MO30149) assinada também pela EO, que certifique a veracidade da informação e identifique ao menos um ponto da coordenada geográfica do imóvel; **E**
- ☐ Certidões de regularidade fiscal das receitas federal, estadual e municipal e, quando for o caso, do Distrito Federal, em nome do de cujus ou do espólio e do beneficiário do MCMV Rural; **E**
- ☐ Ofício da EO, relativo ao beneficiário com pendências de direitos sucessórios de terras particulares, justificando a razão da impossibilidade da imediata regularização da sucessão; **E**
- ☐ Certidão negativa de ônus reais sobre o imóvel, emitida pelo cartório de registro de imóveis competente; **E**
- ☐ Certidão de feitos ajuizados emitida pela vara da comarca do imóvel rural.

Observações:

Não serão elegíveis os beneficiários em que a impossibilidade da formalização da partilha por escritura pública for justificada por pendências tributárias, quando houver dúvida quanto ao quinhão cabível ou houver litígio entre os herdeiros.

CATEGORIA SIOPI

PESSOA FÍSICA - GLEBA RURAL

CERTIDÃO INTEIRO TEOR MATRÍCULA

CERTIDÃO INTEIRO TEOR MATRÍCULA

CERTIDÃO INTEIRO TEOR MATRÍCULA

AUTODECLARAÇÃO DO BENEFICIÁRIO (MO30197)

ESCRITURA COMPRA E VENDA - BENEFICIÁRIO

ESCRITURA COMPRA E VENDA - BENEFICIÁRIO

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO - BENEFICIÁRIO

SENTENÇA PROCESSO USUCAPIÃO TRÂNSITO EM JULGADO

AUTODECLARAÇÃO OCUPAÇÃO BENEFICIÁRIO (MO30150)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DA OCUPAÇÃO MO30422

CERTIDÃO INTEIRO TEOR MATRÍCULA

AUTODECLARAÇÃO OCUPAÇÃO BENEFICIÁRIO (MO30149)

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

OFÍCIO EO REGULARIZAÇÃO DA SUCESSÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE ÔNUS REAIS

CERTIDÃO DE FEITOS AJUIZADOS

Posseiros de boa-fé, ocupantes de terras particulares há mais de 05 (cinco) anos ininterruptos, sem Direitos Sucessórios

- ☐ Declaração do possessor beneficiário (MO30421) com ateste de veracidade e autenticidade firmado pelo representante legal da EO e por duas testemunhas residentes nas proximidades da área ocupada, que não tenham vínculo familiar com o possessor; **E**
- ☐ Certidão atualizada do cartório de registro de imóveis que demonstre que o bem não é público, matrícula atualizada do registro de imóveis ou declaração, com a mesma finalidade, das respectivas instituições responsáveis pelo domínio das terras públicas da União, do Estado e do município; **E**
- Apresentação adicional de ao menos um dos seguintes documentos:

- ☐ Cópia do comprovante de pagamento do ITR de pelo menos um exercício anterior aos últimos 05 (cinco) anos; **OU**
- ☐ Documento legal que legitime a posse do imóvel anos, tais como escrituras públicas, contrato particular de compra e venda ou doação, e demais negócios jurídicos cujo objeto seja a alienação onerosa ou gratuita do bem; **OU**
- ☐ Declaração emitida por Instituição Pública de Ensino ou de Saúde ou Social em que conste em seus cadastros o endereço do possessor e/ou de seus descendentes com data anterior aos últimos 05 (cinco) anos e coincidente com a área ocupada - e, em caso de descendentes, apresentar também comprovante de parentesco com o beneficiário; **OU**
- ☐ Nota fiscal de atividade produtiva, de pelo menos um exercício anterior aos últimos 05 (cinco) anos, na qual deverá constar o endereço do possessor coincidente com a área ocupada; **OU**
- ☐ Declaração da Companhia fornecedora de Energia Elétrica de que o possessor é o responsável pelo pagamento da energia fornecida à área ocupada ou ainda o comprovante de pagamento das faturas não emitidas em seu nome, com data anterior aos últimos 05 (cinco) anos; **OU**
- ☐ Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF ou Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP datada, ao menos, de um exercício anterior aos últimos cinco anos, em que conste o endereço do possessor ou de seus descendentes coincidente com o da área ocupada.

Observação:

Não é permitida gleba rural com dimensão superior a 50 (cinquenta) hectares.

DECLARAÇÃO DO POSSEIRO BENEFICIÁRIO MO30421

CERTIDÃO INTEIRO TEOR MATRICULA

IMPOSTO PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

DOCUMENTO LEGAL DE POSSE DO IMÓVEL

DECLARAÇÃO INSTITUIÇÃO ENSINO/SAÚDE/SOCIAL

NOTA FISCAL DE ATIVIDADE PRODUTIVA

DOCUMENTO CONCESSIONARIA

CAF OU A DAP

Ocupante de Assentamento da Reforma Agrária ainda não emancipado

- ☐ Relação dos assentados emitida pelo INCRA ou outro instituto de terra responsável pelo assentamento da qual conste o nome e o CPF do assentado; **E**
- ☐ Declaração de ocupação atestada pela EO que identifique ao menos um ponto da coordenada geográfica da gleba do assentado (MO30814).

RELAÇÃO DE ASSENTADOS INCRA

DECLARAÇÃO DE OCUPAÇÃO MO30814

Comunidade Indígena

- ☐ Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação - RCID pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI; **E**
- ☐ Declaração de ocupação atestada pela EO que identifique ao menos um ponto da coordenada geográfica da aldeia (MO30813); **E**
- ☐ Documento emitido pela FUNAI, que certifique que o órgão não se opõe à produção ou à melhoria de unidade habitacional.

RCID - FUND NACIONAL POVOS INDÍGENAS - FUNAI

DECLARAÇÃO DE OCUPAÇÃO ALDEIA MO30813

DECLARAÇÃO FUNAI

Comunidade Quilombola

- ☐ Certificação de Autodefinição emitida pela Fundação Palmares; **E**
- ☐ Mesma documentação requerida para o item Ocupante de Terras Particulares com Direitos Sucessórios Pendentes de Partilha, Ocupante de boa-fé de Terra Pública ou Posseiros de boa-fé, Ocupantes de Terras Particulares há mais de 05 (cinco) anos ininterruptos sem Direitos Sucessórios, conforme o tipo de ocupação; **OU**
- ☐ Título emitido pelo INCRA ou órgão estadual de regularização fundiária.

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES

DECLARAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Demais Comunidades Tradicionais, na condição de ocupante de terra pública ou de terra particular há mais de cinco anos e sobre a qual não possua direitos sucessórios

- ☐ Mesma documentação requerida para o item Ocupante de Terras Particulares com Direitos Sucessórios Pendentes de Partilha, Ocupante de boa-fé de Terra Pública ou Posseiros de boa-fé, Ocupantes de Terras Particulares há mais de 05 (cinco) anos ininterruptos, sem Direitos Sucessórios, conforme o tipo de ocupação.

Ocupante de unidade de conservação

- ☐ Mesma documentação requerida para o item Ocupante de Terras Particulares com Direitos Sucessórios Pendentes de Partilha, Ocupante de boa-fé de Terra Pública ou Posseiros de boa-fé, Ocupantes de Terras Particulares há mais de 05 (cinco) anos ininterruptos, sem Direitos Sucessórios, conforme o tipo de ocupação; **E**
- ☐ Documento emitido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, que certifique que o órgão não se opõe à produção ou à melhoria de unidade habitacional.

DOCUMENTO EMITIDO PELO ICMBIO

ANEXO I – Checklist FDS Entidades Urbanas

BLOCO 01 – OPERAÇÃO



DOCUMENTAÇÃO DA OPERAÇÃO (PROPOSTA/EMPREENHIMENTO)

- ☐ Declaração de conhecimento do cumprimento das determinações de escolha dos Beneficiários (MO30512) devidamente assinado pela EO.
- ☐ Listagem de beneficiários (MO30483) em número igual ou superior ao de UH, com declaração da entidade de que as famílias estão enquadradas no Programa.
- ☐ Comprovação de existência de cadastro habitacional de proponentes beneficiários, contendo a identificação dos inscritos, que deve estar permanentemente disponível para consulta pela população, por meios físicos e eletrônicos.
- ☐ Ata da Assembleia que definiu e aprovou os critérios de escolha dos beneficiários, sob assinatura de, pelo menos, 50% mais 01 dos proponentes beneficiários ao empreendimento, registrada em cartório, com comprovação de divulgação.
- ☐ Ata de Eleição da CRE e da CAO (MO30485), registrada no Cartório de Títulos e Documentos.
- ☐ CND Estadual (ou Distrital) – Certidão Negativa de Débitos obtida junto a Fazenda Estadual (ou Distrital) de todas as Unidades Federativas (Estados) cujas Propostas foram selecionadas pelo MCidades no ciclo 2024.
- ☐ CND Municipal – Certidão negativa de Débitos obtida junto à Fazenda Municipal de todos os Municípios cujas Propostas foram Selecionadas pelo MCidades no ciclo 2024.

EM CASO DE CONTRAPARTIDA/APORTE

- ☐ Manifestação sobre a forma de contrapartida no processo de produção das UH, inclusive sobre a existência de previsão orçamentária quando se tratar de aporte pelo poder público.
- ☐ Autorização de aporte da Secretaria de Habitação de São Paulo (SH SP), se for o caso. – mudança de fase
- ☐ Autorização de aporte da Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS), se for o caso. – mudança de fase

COMPROVANTES LEGAIS

- ☐ Cópia de Lei que comprove a implementação pelo município dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que visam ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.
- ☐ Cópia de Lei que comprove a implementação pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios de medidas de desoneração tributária para as construções destinadas à Habitação de Interesse Social.
- ☐ Cópia da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo ou equivalente, indicando o zoneamento da área objeto da proposta, quando houver, especificando os casos de inserção em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS ou em terreno proveniente de instrumento de controle da ociosidade.

DEMAIS DOCUMENTOS

- ☐ Informações sobre a existência no entorno e a distância trafegável por via pública até os seguintes equipamentos: educacional(is), agência(s) bancária(s), agência(s) dos correios ou lotérica(s) e ponto(s) de ônibus.
- ☐ Informações sobre a infraestrutura urbana básica pré-existente no entorno.
- ☐ Declarações de viabilidade de atendimento emitidas pelas concessionárias de saneamento e energia;

DOCUMENTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

- ☐ Plano de Mobilização ou Projeto de Trabalho Social assinado pelo RT e pelo responsável da EO.
- ☐ Orçamento/Cronograma Físico Financeiro.

CATEGORIA SIOPI

OPERAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA/PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
LISTA DE BENEFICIÁRIOS FDS - MO 30483

PROTOCOLO DE REGISTRO DA ATA/ATA REGISTRADA

ATA CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS
ATA DE ELEIÇÃO CRE REGISTRADA

CND DISTRITAL OU ESTADUAL - MUNICÍPIOS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL CND MUNIC

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA/PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
COMPROVANTE APORTE- HIS
COMPROVANTE APORTE- HIS

LEI AUTORIZATIVA PODER PUBLICO

RECIBO

RELATÓRIO

COMPROVANTE - CAUÇÃO GARANTIA INFRA EXTERNA

GUIA

DECLARACAO CONCESSIONARIA

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO TRABALHO SOCIAL

BLOCO 02 – IMÓVEL DOCUMENTAÇÃO DE ENGENHARIA

DOCUMENTAÇÃO DE ENGENHARIA	
AQUISIÇÃO DE TERRENO E ELABORAÇÃO DE PROJETO/ ELABORAÇÃO DE PROJETO	
Etapa	Documentos
Pré-análise	1 FRE HIS (Modelo CAIXA) em PDF assinado e em Excel contendo as seguintes abas: Identificação; Checklist; Terreno - Infraestrutura e Interferências; Terreno - Potenciais Fontes de Contaminação; e Caracterização.
	1.1 Identificação; Checklist; Terreno - Infraestrutura e Interferências; Terreno - Potenciais Fontes de Contaminação; e Caracterização (abas: 1, 1.1, 2, 2.1 e 3).
	2 Matrícula do imóvel com certidão atualizada de inteiro teor contendo registro atualizado abrangendo o período mínimo de 10 anos.
	3 Planta de situação do empreendimento.
Análise definitiva	1 FRE HIS (Modelo CAIXA) completa (em pdf assinado e em excel) contendo as seguintes abas:
	1.1 Identificação; Checklist; Terreno - Infraestrutura e Interferências; Terreno - Potenciais Fontes de Contaminação; e Caracterização (abas: 1, 1.1, 2, 2.1 e 3);
	1.2 Quadro Resumo de Custos;
	1.3 Cronograma.
	2 Matrícula do imóvel com certidão atualizada de inteiro teor contendo registro atualizado abrangendo o período mínimo de 10 anos.
	3 Relatório de Sondagem do Terreno, acompanhado de ART/RRT emitida pelo responsável técnico, de acordo com a NBR 6484 - Solo - Sondagem de simples reconhecimento com SPT (Standard Penetration Test) - Método de ensaio e NBR 8036 - Programação de sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios - Procedimento (dispensado nos casos de Retrofit e unidades pulverizadas, dentro da modalidade "Elaboração de Projeto" do FDS.
	4 Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado em sistema de coordenada UTM, datum horizontal, SIGRAS 2000, acompanhado de ART/RRT emitida pelo responsável técnico, quando for o caso (dispensado na modalidade "Elaboração de Projeto" do FDS, quando o terreno tiver obtido qualificação superior, sem parcelamento do solo e com suficiência de descrição do terreno na matrícula, e nos casos de Retrofit e unidades pulverizadas, quando então pode-se apresentar somente Planta de situação do empreendimento).
	5 Carta ou Declarações de viabilidade de atendimento das concessionárias de energia elétrica, água e esgoto, contendo as diretrizes básicas.
	6 Levantamento Básico e Investigação Confirmatória conforme orientações do Guia de Sustentabilidade Ambiental CAIXA e NBR 15.515 (se for o caso). O documento deverá ser acompanhado de ART/RRT emitida pelo responsável técnico.
	7 Laudo geotécnico, acompanhado de ART/RRT emitida pelo responsável técnico, para empreendimentos concentrados com necessidade de execução de taludes e contenções, alagáveis e/ou solos com suspeita de resistência insuficiente.
	8 Laudo / Diagnóstico do Edifício, acompanhados de ART/RRT emitida pelo responsável técnico, contendo, no mínimo: parecer sobre estado de conservação da estrutura e se será necessário Laudo Estrutural de acordo com o nível de intervenção e estado diagnosticado, instalações hidráulicas, instalações elétricas, instalações de incêndio, cobertura, revestimentos e esquadrias, para propostas de requalificação de imóveis.
	9 Laudo de Elevadores, se for o caso, para propostas de requalificação de imóveis, acompanhados de ART/RRT emitida pelo responsável técnico.

CATEGORIA SIOPI
IMÓVEL
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE MO FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE EXCEL
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE MO FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE EXCEL
MATRÍCULA ATUALIZADA DO IMÓVEL
SONDAGEM DE SOLO
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO
PROTOCOLO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA
ESTUDO - INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA (CONTAMINAÇÃO)
PARECER GEOTÉCNICO
LAUDO CONCLUSIVO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
PARECER DO PROJETISTA ESTRUTURAL

PRODUÇÃO DE NOVAS UNIDADES/ PRODUÇÃO DE UNIDADES REQUALIFICADAS		
Etapas	Documentos	
Pré-Análise (opcional)	1	FRE HIS (Modelo CAIXA) em PDF assinado e em Excel contendo as seguintes abas:
	1.1	Identificação; Checklist; Terreno - Infraestrutura e Interferências; Terreno - Potenciais Fontes de Contaminação; e Caracterização (abas: 1, 1.1, 2, 2.1 e 3).
	2	Matrícula do imóvel com certidão atualizada de inteiro teor contendo registro atualizado abrangendo o período mínimo de 10 anos.
	3	Levantamento planialtimétrico cadastral.
	4	Projetos de implantação e arquitetônico do empreendimento.
	5	Layout das unidades padrão e adaptada à acessibilidade universal.
Análise definitiva	1	FRE HIS (Modelo CAIXA) completa (em pdf assinado e em excel) contendo as seguintes abas:
	1.1	Identificação; Checklist; Terreno - Infraestrutura e Interferências; Terreno - Potenciais Fontes de Contaminação; e Caracterização (abas: 1, 1.1, 2, 2.1 e 3);
	1.2	Memorial Descritivo e Tipologias (abas 3.1 e 3.2);
	1.3	Custos e Tabela de Áreas Equivalentes (abas 4.1, 4.1.1, 4.2, 4.3, 4.3.1);
	1.4	Quadro Resumo de Custos (aba 5);
	1.5	Cronograma (aba 6);
	2	Matrícula do imóvel com certidão atualizada de inteiro teor contendo registro atualizado abrangendo o período mínimo de 10 anos
	3	Matrícula da área em nome do ente público ou da concessionária ou Termo de Doação ao ente público ou à concessionária (em caso de execução de ETE - Estação de Tratamento de Esgoto/ETA - Estação de Tratamento de Água /EEE - Estação Elevatória de Esgoto / Reservatório externo).
	4	Laudo com respectiva ART de Sondagem do terreno de acordo com a NBR 6484 - Solo - Sondagem de simples reconhecimento com SPT (Standart Penetration Test) - Método de ensaio e NBR 8036 - Programação de sondagens de simples reconhecimento do solos para fundações de edifícios - Procedimento.
	5	Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado em sistema de coordenada UTM, datum horizontal, SIGRAS 2000, acompanhado de ART/RRT emitida pelo responsável técnico.
	6	Projetos executivos de implantação e arquitetônico do empreendimento.
	7	Projeto de rota acessível - Ver ABNT NBR 9050:2020.
	8	Layout das unidades padrão e adaptada à acessibilidade universal - Ver ABNT NBR 9050:2020.
	9	Projeto de patamarização/terraplenagem com planta baixa e seções transversais contendo a cota de terreno natural e cota final projetada e tabela com indicação do volume movimentado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitida por responsável técnico.
	10	Projeto de drenagem, considerando os parâmetros da Secretaria Nacional de Saneamento (se for o caso), acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitida por responsável técnico.
	11	Projetos de água e esgoto, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitida por responsável técnico, com a indicação do esquemático das linhas, diâmetro da tubulação e cotas de PV e, se for o caso, demais estudos preliminares de infraestrutura incidente e não incidente, suficientes para quantificação dos serviços.
	12	Projeto de Paisagismo (porte da vegetação, indicação das espécies nativas, iluminação, mobiliário urbano, área de recreação, tratamento de pisos e espaços sombreados) acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitida por responsável técnico.
	13	Declaração de regularidade do local de descarte do bota fora, se for o caso.
	14	Quadros I e II da NBR 12.721 (para condomínios).
	15	Declaração de viabilidade de atendimento das concessionárias de energia elétrica, água e esgoto, contendo as diretrizes básicas necessárias para permitir o perfeito atendimento dos serviços ao empreendimento, constando inclusive o prazo, fonte de recursos e responsáveis por eventuais obras necessárias para atender ao empreendimento dentro de um prazo compatível com a sua execução.
	16	Outorga Prévia (caso seja prevista captação de água por poço subterrâneo ou lançamento de efluentes tratados em cursos de água).

CATEGORIA SIOPI
IMÓVEL
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE MO
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE EXCEL
CERTIDAO INTEIRO TEOR MATRICULA
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO
PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DA UH E ARQUITETÔNICO
LAYOUT DAS UNIDADES PADRÃO E ADAPTADA À ACESSIBILIDADE
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE MO
FICHA RESUMO DO EMPREENDIMENTO - FRE EXCEL
CERTIDAO INTEIRO TEOR MATRICULA
CERTIDAO INTEIRO TEOR MATRICULA
SONDAGEM DE SOLO
LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO
PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DA UH E ARQUITETÔNICO
PROJETO DE ROTA ACESSÍVEL
LAYOUT DAS UNIDADES PADRÃO E ADAPTADA À ACESSIBILIDADE
PROJETO DE PATAMARIZAÇÃO E TERRAPLANAGEM
PROJETO - REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS (DRENAGEM)
PROJETO - REDE DE ESGOTO
PROJETO - PAISAGISMO
PARECER CONCLUSIVO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA LOCAL
QUADRO NBR
CONCESSIONÁRIAS - ENERGIA ELÉTRICA
OUTORGA PRÉVIA

17	Declaração de Guarda, Operação e Manutenção de equipamentos/sistemas pelo poder público responsável ou concessionária se a declaração de viabilidade não contemplar esse compromisso.
	No caso de identificação de terreno com potencial de contaminação, Levantamento Básico e Investigação Confirmatória conforme orientações do Guia de Sustentabilidade Ambiental CAIXA (https://www.caixa.gov.br/Downloads/desenvolvimento-urbano-gestao-ambiental/GuiaCAIXA_web.pdf) e NBR 15.515.
	Projetos, Laudos, Pareceres, Relatórios técnicos devem ser acompanhados de ART/RRT emitida pelos responsáveis técnicos.
	Nos casos em que seja necessário atestar atendimento às condições de segurança, estabilidade, solidez e de habitabilidade, principalmente quanto à garantia de insolação e ventilação, em referência aos afastamentos e dimensões de taludes, desníveis e contenções propostas, apresentar laudo geológico com estudo específico realizado em acordo com as normas vigentes, inclusive quanto aos requisitos da norma de desempenho, com ART/RRT recolhida.
	Laudo de desempenho térmico simplificado, com ART/RRT recolhida, conforme NBR 15.575:2021, para comprovação de desempenho mínimo dos ambientes de permanência prolongada das unidades habitacionais. Caso não seja enquadrável no método simplificado ou em caso de existência de barreiras para ventilação e insolação, apresentar simulação computadorizada.
	Laudo de desempenho lumínico, com ART/RRT recolhida, conforme NBR 15.575:2021, para comprovação de desempenho mínimo (em casos de barreiras ou especificidades que interfiram no desempenho lumínico).
	FAD (Ficha de Avaliação de Desempenho) que atenda ao desempenho mínimo de índice de redução sonora ponderado (Rw) ou Laudo de Desempenho Acústico que comprove o atendimento ao requisito mínimo da norma (no caso de parede simples de geminação). Projetos, Laudos, Pareceres, Relatórios técnicos devem ser acompanhados de ART/RRT emitida pelo responsável técnico.
	Projeto de arquitetura com nível de intervenção contendo partes a construir e partes a demolir, no caso de proposta de requalificação de imóveis.
	Laudo / Diagnóstico do Edifício contendo, no mínimo: parecer sobre estado de conservação da estrutura e se será necessário Laudo Estrutural de acordo com o nível de intervenção e estado diagnosticado, instalações hidráulicas, instalações elétricas, instalações de incêndio, cobertura, revestimentos e esquadrias, para propostas de Requalificação (Retrofit). Todos os Projetos, Laudos, Pareceres, Relatórios técnicos devem ser acompanhados de ART/RRT emitida pelo responsável técnico.
25	Laudo de Elevadores, se for o caso, para propostas de requalificação de imóveis, acompanhados de ART/RRT emitida pelo responsável técnico.

DECLARAÇÃO PODER PÚBLICO - EQUIPAMENTOS
PARECER DO ÓRGÃO AMBIENTAL (CONTAMINAÇÃO)
MAPEAMENTO - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM
DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DESEMPENHO NBR 15575
PROJETO - ILUMINAÇÃO PÚBLICA
CERTIFICAÇÃO
PROJETO - ESTRUTURA
LAUDO CONCLUSIVO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
PARECER DO PROJETISTA ESTRUTURAL

Contratação	1	Projetos de implantação e arquitetônico aprovados pela Prefeitura.
	2	Alvará ou Licença de construção da obra.
	3	Manifestação do órgão ambiental competente (se for o caso).
	4	Certidão de registro da construtora no CREA/CAU.
	5	Certificado de qualificação da construtora no PBQP-H, nível conforme acordo setorial.
	6	Certidão de Acervo Técnico (CAT), para construtoras que não operam com a CAIXA, ou Realização de Obras, compatíveis com o porte do empreendimento
	7	Comprovação de experiência em gestão de obras e projetos semelhantes por parte da EO (RT) ou AT, para os regimes de mutirão, autoconstrução, autogestão e administração direta.
	8	ART/RRT de execução da obra.
	9	ART/RRT dos Laudos de Desempenho Térmico e Lumínico (se for o caso).
	10	ART/RRT dos projetos de arquitetura/acessibilidade.
	11	ART/RRT de fiscalização, no caso de regime de construção empreitada global, em nome do RT vinculado à EO ou AT contratada pela EO.
	12	Contrato de Cessão de Tecnologia (para empreendimento com sistema inovador). Para maiores informações sobre sistemas construtivos inovadores, ver informações disponibilizadas no site do Sistema Nacional de Avaliações Técnicas de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais - SINAT (https://pbqp-h.mdr.gov.br/sistemas/sinat/introducao).
	13	Projetos de Infraestrutura Aprovados quando exigíveis para a emissão do alvará/licença de construção.
	14	Termo de garantia contra defeitos sistêmicos - Modelo CAIXA (sistema construtivo não convencional).
	15	Comprovação de contratação de Monitoramento Técnico da Obra (sistema construtivo não convencional).
	16	Nos casos em que se identifique a existência de elementos que impliquem em servidão pública, averbação da Servidão em matrícula imobiliária.
	17	Projeto aprovado pelos órgãos de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, estadual ou Nacional, se for o caso, para propostas de requalificação de imóveis.
	18	Declaração do município quanto ao atendimento do empreendimento por transporte público até a entrega do empreendimento, conforme requisitos do item 6 do Anexo I da Portaria MCID nº 725, de 15/06/2023. (para casos em que não estava disponível na ocasião da vistoria de enquadramento).

PROJETO ARQ APROVADO
ALVARÁ OU LICENÇA CONSTRUÇÃO
MANIFESTAÇÃO - ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE
CERTIDÃO REGISTRO CREA ou CERTIDÃO REGISTRO CAU BR
TERMO DE COMPROMISSOS E GARANTIAS - CONSTRUTORA
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO
COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA GESTÃO OBRAS/PROJETOS
RRT, ART OU TRT DE EXECUÇÃO DA OBRA
ART/RRT PROJETO DE IMPLANTAÇÃO/ESTUDO DE MASSA
ART/RRT PROJ ARQ/PREF, FUND, EST, INFRA E FIS
ART/RRT DE FISCALIZAÇÃO
CONTRATO DE CESSÃO DE TECNOLOGIA
PROJETO DE INFRAESTRUTURA
TERMO GARANTIA CONTRA DEFEITOS SISTÊMICOS
CONTRATO DE MONITORAMENTO DE OBRA
REGISTRO DE SERVIDÃO DE PASSAGEM MATRÍCULA DO RI
PROJETOS COMPLEMENTARES
PLANTA DE MODULAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO DO TERRENO

DE PROPRIEDADE DO BENEFICIÁRIO

- ☐ Opção de Venda e Compra (MO30472).
- ☐ Certidão atualizada de inteiro teor da Matrícula, com registro atual, negativa de existência de ações reais e pessoais reipersecutórias e quaisquer outros ônus incidentes sobre o imóvel, em nome da EO ou do proponente Pessoa Física.
- ☐ Certidão Negativa de Tributos incidentes sobre o imóvel
- ☐ Certidões do anterior proprietário quando o imóvel tiver sido transacionado num prazo de até 360 dias
- ☐ Decreto Expropriatório, se for o caso
- ☐ Incorporação imobiliária ou Loteamento, conforme o caso
- ☐ IPTU
- ☐ Minuta do memorial de incorporação ou da instituição de condomínio e Minuta da convenção de condomínio, exigível para todo empreendimento em condomínio
- ☐ Recolhimento do Foro e do Laudêmio, se o imóvel sob regime de enfiteuse

Além dos documentos acima, devem ser apresentados também, conforme o enquadramento do terreno:

DE PROPRIEDADE DO PODER PÚBLICO E DESOCUPADO

- ☐ Declaração de anuência da Prefeitura (MO29359) de que o Imóvel é de Propriedade do Poder Público e está desocupado – CDRU.
- ☐ CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária (exceto no caso de imóvel da União Federal/ SPU)

DE PROPRIEDADE DO PODER PÚBLICO E OCUPADO HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS

- ☐ Declaração de Anuência da Prefeitura (MO29359) de que o Imóvel é de Propriedade do Poder Público e está ocupado há mais de 5 anos - CUEM
- ☐ CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária (exceto no caso de imóvel da União Federal/ SPU)

DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS E OCUPADO HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS

- ☐ Declaração de Anuência da Prefeitura (MO29359) de que o Imóvel é de Propriedade de Terceiros e está Ocupado há mais de 5 anos – Usucapião Urbano

EM POSSE DA EO

- ☐ Cópia do ato público que destina o imóvel à EO, em caso de imóvel doado ou cedido por ente público, conforme o caso:
- Lei Autorizativa para doação/alienação de imóvel (se for o caso)*
- CUEM -Concessão de Uso Especial Para Fins de Moradia (se for o caso)*
- CDRU –Concessão de Direito Real de Uso (se for o caso)*

DE PROPRIEDADE DA EO OU DO BENEFICIÁRIO

- ☐ Opção de Venda e Compra (MO30472).
- ☐ Certidão atualizada de inteiro teor da Matrícula, com registro atual, negativa de existência de ações reais e pessoais reipersecutórias e quaisquer outros ônus incidentes sobre o imóvel, em nome da EO ou do proponente Pessoa Física.

CATEGORIA SIOPI**IMÓVEL**

OPÇÃO DE VENDA E COMPRA
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR
CERTIDÃO NEGATIVA TRIBUTOS IMÓVEL-PREFEITURA
CERTIDÕES DO PROPRIETÁRIO ANTERIOR/PRAZO 360 DIAS
DECRETO EXPROPRIATÓRIO
INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA REGISTRADA NO RI
IPTU
MINUTA DA CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO - FASE II
RECOLHIMENTO DE FORO

DECLARACAO PREFEITURA
CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

DECLARACAO PREFEITURA
CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

DECLARACAO PREFEITURA

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO EM FAVOR DO BENEFICIÁRIO
--

OPÇÃO DE VENDA E COMPRA
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

BLOCO 03 – DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA EO (CNPJ)



DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE ORGANIZADORA

- ☐ Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- ☐ Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos ou, se for o caso, na Junta Comercial.
- ☐ Certidão simplificada na Junta Comercial, se for o caso.
- ☐ Declaração do dirigente máximo da entidade informando: Não existência de dívida com o Poder Público; Não inscrição nos bancos de dados públicos e privados de proteção ao crédito; Se os dirigentes da entidade ocupam cargo ou emprego público no âmbito da administração pública federal
- ☐ CND Dívida Ativa da União - Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, Relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
- ☐ CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho.
- ☐ CRF - Certidão de Regularidade com o FGTS, obtida no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal.
- ☐ Ata de nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial.

COMPROVANTES - SE EO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS:

- ☐ CEPIM - Certidão negativa obtida junto ao Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, disponível no sítio eletrônico do Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União.

CATEGORIA SIOPI

PESSOA - CNPJ DA EO

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS

CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA ENTIDADE

CERT DÉB REL TRIB FED E À DÍV ATIVA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF

ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO

CERTIDÃO NEGATIVA OBTIDA JUNTO AO CADASTRO

BLOCO 04 – DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DA CONSTRUTORA (SE FOR O CASO)



DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL DA CONSTRUTORA (SE FOR O CASO)

- ☐ Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos ou, se for o caso, na Junta Comercial.
- ☐ Certidão simplificada na Junta Comercial, se for o caso.
- ☐ Ata de nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial.
- ☐ Documento de constituição de firma individual e alterações, se houver, registrados, no caso de Firma Individual.

COMPROVANTES - DE TODOS OS REPRESENTANTES, DIRIGENTES E SÓCIOS DA CONSTRUTORA

- ☐ Documento de identificação: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto.
- ☐ CPF (dispensada a apresentação, caso o documento apresentado no item anterior contenha o número do CPF)

COMPROVANTES DE REGULARIDADE DA CONSTRUTORA

- ☐ Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inscrito há mais de 03 (três) anos.
- ☐ CND Dívida Ativa da União - Certidão Negativa de Débitos Relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
- ☐ CND Estadual (ou Distrital) - Certidão Negativa de Débitos obtida junto a Fazenda Estadual (ou Distrital).
- ☐ CND Municipal - Certidão negativa de Débitos obtida junto à Fazenda Municipal.
- ☐ CRF - Certidão de Regularidade com o FGTS, obtida no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal.
- ☐ CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho.

CATEGORIA SIOPI

PESSOA - CONSTRUTORA

CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL
CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL
ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO
DOCUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE FIRMA INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
CERT DÉB REL TRIB FED E À DÍV ATIVA UNIÃO
CND DISTRITAL OU ESTADUAL - MUNICÍPIOS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL CND MUNIC
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA

BLOCO 05 – PARTICIPANTE REPRESENTANTES LEGAIS/DIRIGENTES (CPF)

CAIXA

DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL DA ENTIDADE ORGANIZADORA

COMPROVANTES - DE TODOS OS REPRESENTANTES/DIRIGENTES DA ENTIDADE ORGANIZADORA:

☐

Documento de identificação: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto.

☐

CPF (dispensada a apresentação, caso o documento enviado no item anterior contenha o número do CPF).

☐

Comprovante de estado civil.

CATEGORIA SIOPI
PESSOA
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF
COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL

BLOCO 06 – PARTICIPANTE ENTIDADE ORGANIZADORA RESPONSÁVEL TÉCNICO ENGENHARIA (CPF)

CAIXA

DOCUMENTAÇÃO CADASTRAL DE ENGENHARIA

PESSOA FÍSICA (Engenheiro ou Arquiteto, quando compõe o quadro de empregados da EO)

- ☐ Documento de identificação e CPF do RT.
☐ Comprovante de vínculo empregatício com a EO (se for o caso).

PESSOA JURÍDICA

- ☐ Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inscrito há mais de 03 (três) anos.
☐ Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial
☐ Ata da nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial.
☐ Contrato de Prestação de Serviços firmado com a EO, com assinaturas reconhecidas em Cartório especificando no objeto do contrato a atuação para empreendimentos do MCMV - Entidades FDS
☐ CND Dívida Ativa da União - Certidão Negativa de Débitos Relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
☐ CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho.

Documentos dos Dirigentes/Sócios/Representantes

- ☐ Documento de identificação: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto.
☐ CPF (dispensada a apresentação, caso o documento apresentado no item anterior contenha o número do CPF)

Documentos do(s) RT pela execução das obras

- ☐ Documento de identificação e CPF do RT.

Fiscalização em caso de Empreitada Global

Empresa Fiscalizadora

- ☐ Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
☐ Certidão de Regularidade com o FGTS - CRF, obtida no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal.
☐ Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial
☐ Ata da nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial
☐ Certidão de registro válida ou Carteira do CREA/CAU
☐ Contrato de Prestação de Serviços firmado com a EO, com assinaturas reconhecidas em Cartório especificando no objeto do contrato a atuação para empreendimentos do MCMV - Rural
☐ Documentos pessoais dos sócios/acionistas/cônjuges e dirigentes: documento de identidade, CPF/MF, comprovante de estado civil

Documentos do RT pela fiscalização das obras

- ☐ Documento de identificação e CPF do RT.

Fiscalização por Pessoa Física (Engenheiro ou Arquiteto, quando compõe o quadro de empregados da EO)

- ☐ Documento de identificação e CPF do RT.

CATEGORIA SIOPI

IMÓVEL

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
 COMPROVANTE DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
 CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL
 ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO

CONTRATO PRESTACAO SERVICO

CERT DÉB REL TRIB FED E À DÍV ATIVA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
 CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF
 CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL
 ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO
 REGISTRO NO CREA/CAU

CONTRATO PRESTACAO SERVICO

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

BLOCO 07 – ENTIDADE ORGANIZADORA RESPONSÁVEL TÉCNICO SOCIAL



DOCUMENTAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

- ☐ Documento de Identificação do RT de Projeto TS com CPF (Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado), ou Carteira de Categoria Profissional ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto).
- ☐ Currículo do RT de Projeto TS (Formação acadêmica, Experiência profissional comprovada em ações socioeducativas em programas de habitação de interesse social, Experiência profissional em trabalho comunitário e/ou mobilização social, Experiência profissional em projetos socioambientais, Experiência profissional em projetos de urbanização).
- ☐ Comprovante de formação acadêmica do RT de Projeto TS (Diploma ou Certificado de conclusão de curso).
- ☐ Comprovantes de regularidade do respectivo Conselho de Classe, se houver, do RT de Projeto TS.
- ☐ Comprovante de vínculo do RT de Projeto TS com a entidade: CTPS, contrato, termo de parceria ou de voluntariado ou outros .

CATEGORIA SIOPI - PESSOA FÍSICA

TRABALHO SOCIAL

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

COMPROVANTE FORMAÇÃO CIÊNCIAS HUMANAS RT TS

REGISTRO NO CREA/CAU

COMPROVANTE DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

BLOCO 08 – PARTICIPANTE CPF DO VENDEDOR DO TERRENO (SE FOR O CASO)

CAIXA

DOCUMENTAÇÃO DO VENDEDOR DO TERRENO (SE FOR O CASO)

SE PESSOA FÍSICA - COMPROVANTES

- ☐ Documento de identificação: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto.
- ☐ CPF (dispensada a apresentação, caso o documento apresentado no item anterior contenha o número do CPF).
- ☐ Comprovante de estado civil.
- ☐ Pacto antenupcial registrado no Cartório de Registro de Imóveis (nas situações de casamento em comunhão universal de bens ou separação de bens após a vigência da lei 6515/77 de 26/12/1977).
- ☐ Procuração por Instrumento Público – Vendedor ou Cedente (se for o caso) - MO30530
- ☐ Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União/CQTF.

SE PESSOA JURÍDICA - COMPROVANTES

- ☐ Comprovante de CNPJ/MF válido e atualizado, obtido no portal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inscrito há mais de 03 (três) anos.
- ☐ Ata da nomeação da última diretoria, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e, se for o caso, na Junta Comercial.
- ☐ Certidões dos Distribuidores Cíveis – do local da sede da empresa e do local do empreendimento.
- ☐ Certidão da Justiça Federal
- ☐ Certidões de Falências e Concordatas – do local da sede da empresa e do local do empreendimento.
- ☐ CND Dívida Ativa da União – Certidão Negativa de Débitos Relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
- ☐ CND Estadual (ou Distrital) – Certidão Negativa de Débitos obtida junto a Fazenda Estadual (ou Distrital).
- ☐ CND Municipal – Certidão negativa de Débitos obtida junto à Fazenda Municipal.
- ☐ CRF – Certidão de Regularidade com o FGTS, obtida no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal.
- ☐ CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho.
- ☐ Contrato Social ou Estatuto Social e Alterações, registrados no Cartório de Títulos e Documentos ou, se for o caso, na Junta Comercial.
- ☐ Certidão simplificada na Junta Comercial.
- ☐ Autorização para alienação (se for o caso).
- ☐ Documentos relativos à cisão, incorporação ou fusão relativa à empresa analisada.

COMPROVANTES - DE TODOS OS REPRESENTANTES/SÓCIOS DA PJ:

- ☐ Documento de identificação: Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida e com foto.
- ☐ CPF (dispensada a apresentação, caso o documento apresentado no item anterior contenha o número do CPF).
- ☐ Comprovante de estado civil.
- ☐ Procuração por Instrumento Público – Vendedor ou Cedente (se for o caso) - MO30530.

CATEGORIA SIOPI

IMÓVEL

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF
COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL

PACTO ANTENUPCIAL

PROCURAÇÃO

CERT DÉB REL TRIB FED E À DÍV ATIVA UNIÃO

CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
ATA DA NOMEAÇÃO DA ÚLTIMA DIRETORIA - EO
CERTIDÕES DISTRIBUIDORES CÍVEIS - SEDE DA EMPRESA
CERTIDÃO DA JUSTIÇA FED - SEDE DA EMPRESA
CERTIDÃO FAL CONC REC JUDIC - SEDE DA EMPRESA

CERT DÉB REL TRIB FED E À DÍV ATIVA UNIÃO

CND DISTRITAL OU ESTADUAL - MUNICÍPIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL CND MUNIC
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA
CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO SOCIAL

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL
AUTORIZAÇÃO PARA ALIENAÇÃO

DOCUMENTOS RELATIVOS À CISÃO/INCORPORAÇÃO/FUSÃO

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL

PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO

BLOCO 09 – PARTICIPANTE BENEFICIÁRIOS – PESSOA FÍSICA (CPF)

CAIXA

DOCUMENTAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS – PESSOA FÍSICA

- ☐ Declaração do beneficiário (MO29881).
- ☐ Documento de identificação do(a) beneficiário(a) e cônjuge/companheiro(a): Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho – CTPS (modelo automatizado) ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH com foto.
- ☐ CPF (dispensada a apresentação, caso o documento enviado no item anterior contenha o número do CPF).
- ☐ Comprovante de estado civil.
- ☐ Pacto antenupcial registrado no Cartório de Registro de Imóveis (nas situações de casamento em comunhão universal de bens ou separação de bens após a vigência da lei 6515/77 de 26/12/1977).
- ☐ CND Dívida Ativa da União – Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, Relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, obtida no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda/CQTF (no caso de pesquisa manual).
- ☐ Autorização para débito em conta do encargo mensal da prestação habitacional (MO30695) – apenas para os casos de opção por débito em conta da parcela habitacional.
- ☐ Comprovações de rendimentos, originais e cópias e/ou Declaração do empregador (no caso de pesquisa manual)
- ☐ Procuração Por Instrumento Público – Comprador ou Hipotecante/Fiduciante, se for o caso (MO29006).

- Candidatos que declararem receber BPC ou Bolsa Família

- ☐ Pesquisa em Portal da Transparência – CGU: <https://portaldatransparencia.gov.br>, que comprove o recebimento do benefício; **OU**
- ☐ Declaração do benefício emitida pelo INSS, contendo dados de data de início do cadastro, informação de cadastro ativo, data de cessação, se for o caso, e a autenticidade por meio de código de QR Code.

CATEGORIA SIOPI

PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DO BENEFICIÁRIO
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF
COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL
COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL
CERT DÉB REL TRIB FED E À DÍV ATIVA UNIÃO
DEMONSTRATIVO PAGAMENTO
DECLARAÇÃO EMPREGADOR
PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO
DEMONSTRATIVO BENEFÍCIO SOCIAL
DECLARAÇÃO INSS

Informamos os documentos mínimos necessários para contratação, entretanto, os analistas podem solicitar alguma documentação complementar, se entender pertinente.